

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

BARTHES (Roland). — *Mitologias*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1972.

Os textos de *Mitologias*, escritos entre 1954 e 1956, foram publicados em Paris, 1957, por *Éditions du Seuil*.

O prefácio para a edição brasileira foi escrito por Barthes em 1970. Nele, declara-se o objetivo da obra: “uma crítica ideológica da linguagem dita da cultura de massa” e “uma primeira desmontagem semiológica desta linguagem” para que fosse possível “revelar em detalhe a mistificação que transforma a cultura pequeno-burguesa em natureza universal”.

O trabalho está dividido em duas unidades básicas. Numa primeira, a que foi dado o título de *Mitologias*, estão reunidos vários textos relacionados aos mitos de nossa sociedade, e onde se pretende uma rápida análise de seu significado e de sua estruturação. Assim, são comentados o mundo do *catch*, saponáceos e detergentes, um escritor em férias, o bife com batatas fritas, o operário simpático, marcianos, o *strip-tease*, o plástico, a astrologia e até mesmo a arte vocal burguesa. A segunda unidade, *O Mito, Hoje*, compõe-se de formulações teóricas que fundamentam a unidade primeira e, ao mesmo tempo, abrem discussões e métodos para que o material mitológico seja satisfatoriamente compreendido, analisado e interpretado.

O livro não foi, para esta edição, corrigido ou modificado. Isto porque o Autor considerou impossível que a obra, hoje, pudesse ser executada da mesma forma, na medida que a crítica ideológica sutilizou-se e a análise semiológica, então inaugurada, foi desenvolvida, precisada, dividida. “Não poderia, portanto, escrever novas mitologias na sua forma passada (aqui presente)”.

O mito como linguagem, como sistema de comunicação, como uma mensagem, constitui a proposição básica da obra. Assim: “o mito não se define pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como a profere: o mito tem limites formais, mas não substanciais”.

A mitologia é tratada como um fragmento da vasta ciência dos signos, postulada por Saussure sob o nome de Semiologia; ciência das formas, na medida que estuda as significações independentemente de seu conteúdo. À crítica de que este estudo seria excessivamente restrito, Barthes responde afirmando que “o estudo específico das formas não contradiz nada os princípios neces-

(*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica. (*Nota da Redação*).

sários da totalidade da História. Antes pelo contrário: quanto mais um sistema é especificamente definido em suas formas, tanto mais é docil à crítica histórica”.

Dessa forma é estabelecido o quadro em que se coloca a mitologia: pertence simultaneamente à semiologia e à ideologia, como ciência formal e como ciência histórica.

Barthes analisa o mito como sistema semiológico na medida que se forma a partir de matéria prima já constituída, de uma cadeia semiológica que já existe antes dele. Ao mesmo tempo, esta linguagem não permanece a mesma. O mito é considerado como linguagem roubada, pois utilizando-se da idéia básica formada anteriormente, deforma-a de acordo com as suas intenções específicas, dadas pelo momento histórico.

Algumas considerações são feitas sobre a elaboração de mitos na esquerda e na direita.

Fundamental é a posição do Autor diante do estudo da mitologia. Suas próprias palavras: “tomando como ponto de partida permanente, a constatação de que o homem da sociedade burguesa se encontra a cada instante, imerso numa falsa natureza, a mitologia tenta recuperar, sob as inocências da vida relacional mais ingênua, a profunda alienação que essas inocências têm função camuflar. Esse desvendar de uma alienação é, portanto um ato político...”.

Os estudos feitos depois deste trabalho, evidentemente enriqueceram e desenvolveram muito a mitologia. O próprio autor reconheceu que não poderia escreve-lo novamente, da mesma forma. Entretanto, o conhecimento desta obra é importante, na medida que ela representa o início de uma série de estudos, que inaugura novos métodos de trabalho que tornaram-se extremamente úteis para o estudo de ideologias.

CÉLIA CAMARGO DE SIMONE

*

* *

MARTINS (Mário). — *Estudos de Cultura Medieval*. Volume II. Braga. Edições Magnificat, 1972.

Já vai longe o tempo em que, Michelet à frente, os historiadores retratavam a Idade Média como “a grande noite de dez séculos”. Foi precisamente para dar o golpe de misericórdia nos últimos recalcitrantes que Régine Pernoud escreveu, em 1945, valendo-lhe o *Prix Fémina de critique et d'histoire*, sua obra, hoje clássica, *Lumière du Moyen Age*.

No capítulo dedicado às letras naquela época, diz a Conservadora dos *Archives Nationales*:

“— Malgré le grand nombre de travaux modernes consacrés à la littérature médiévale, nous ne sommes pas encore parvenus à nous en faire une idée juste, et à l'apprécier comme elle le mériterait. Elle reste une curiosité d'érudit, ou, ce qui est plus dangereux, sert de prétexte à des évocations assez artificielles. Un pas important a cependant été fait, en ce que l'on est arrivé du moins à convaincre le public de l'existence d'une littérature médiévale” (pág. 135).

Reunindo-se ao esforço dos estudiosos para nos dar uma idéia justa da importância da Idade Média no campo literário, Mário Martins nos oferece um ângulo novo, qual seja a filiação medieval de páginas imortais de grandes autores da literatura portuguesa e estrangeira.

Vemos em seus ensaios, reunidos no volume que ora examinamos, as rap-sódias, as fábulas e os *fioretti* dos séculos XIV e XV se consagrarem em páginas famosas de Sienkiewicz e Eça de Queirós.

Quem suspeitaria que o célebre episódio do encontro de São Pedro com Cristo, que deu título ao romance *Quo Vadis?* de Henryk Sienkiewicz aparece numa ingênua historieta da *Legenda Dourada* de Jacques de Voragine (m. 1298), transcrita para o *Flos sanctorum em lingoagem portugues* (Lisboa 1513)?

Entre os *Contos* de Eça de Queirós (edição póstuma) ocupam lugar destacado os deliciosos *O Tesouro* e *Frei Genebro*.

Pois bem, a história dos três ladrões que encontram um tesouro na floresta e se matam para possuí-lo com exclusividade, que tanto nos impressiona, foi tirada de uma coletânea chamada *Horto do Esposo*, livro de cabeceira do Padre Bernardes.

A graciosa e cativante história do frade que cortou a perna de um porco para alimentar um eremita, sem licença do dono e que tanta preocupação lhe traz, vem inspirada numa passagem dos *Fioretti* de São Francisco de Assis, re-produzida na *Chronica Minorum*...

O Autor encontrou também nas *Notas Contemporâneas* uma curiosa introdução de Eça para o *Almanaque Enciclopédico*, tirada dos *Comentários ao Gênesis* de Rábano Mauro, que o leva a comentar:

“Se Eça tivesse vivido na Idade Média, seria algo diferente; não escreveria *A Reliquia* nem *Os Maias*. Porém, as historiazinhas que enchem boa parte da literatura medieval, esparsas ou em rap-sódias mais ou menos vulgarizadas, julgamos que o tentariam a publicar pequenos contos no gênero de Frei Genebro. Naquele tempo, tudo o que existia e tudo o que acontecia transformava-se facilmente em parábola, para além da letra puramente existencial. E está aqui precisamente o ponto íntimo de contato entre o grande romancista e a Idade Média” (pág. 52).

Corroborando a opinião de Mário Martins, que poderia chocar alguém que apenas identifica Eça de Queirós com um escritor avesso a tudo o que nos viesse da Igreja, queremos lembrar suas *Últimas Páginas*, que se iniciam com as vidas de Santos, São Cristóvão, Santo Onofre, São Frei Gil, todos da Idade Média. Sem falar na *Ilustre Casa de Ramires*, que contém uma novela composta em português medieval, escrita por um dos personagens do romance, Gonçalo Mendes Ramires, que, à medida que escreve a história de seus antepassados, compara suas façanhas com sua própria mediocridade.

Outro aspecto interessante do livro de Mário Martins é o relacionamento que nos apresenta entre fábulas medievais e mitos da Grécia Antiga, como por exemplo a adaptação da lenda de Édipo e Jocasta nos evangelistas apócrifos que contam a história de Iscariotes. Também Judas matou o pai, sem o saber, e se casou com a mãe, guiado por destino fatal que o levou à suprema traição...

Essas curiosas interpolações mostram como os mitos gregos continuavam vivos na tradição européia, aparecendo na grande compilação da *Flos sanctorum*, editada em 1513.

Por tudo isso a Idade Média se nos afigura não como estéril e vazia mas como tempo de maturação de antigas sementes, para produzir frutos na literatura moderna e contemporânea, chegando até os nossos dias com o *Moyen Age de convention* do *Annonce faite à Marie* de Claudel e com *Becket ou l'honneur de Dieu* de Anouilh.

CLÁUDIO DE CICCIO

*

* *

LAURENT (Jeanne). — *Un monde rural en Bretagne au XVe siècle: la Quévaise*. Paris. SEVPEN/École Pratique des Hautes Études. 1972, 440 pp.

Esta monografia de uma Instituição de direito privado, consuetudinário e de tipo rural, cujo objeto é circunscrito a uma área geográfica limitada — a Bretanha Ocidental — busca reexaminar, apresentar em seus aspectos novos e dentro de um contexto mais amplo, essa Instituição — *Quévaise* — à luz exclusivamente de seus próprios documentos reunidos pela Autora. Originalmente uma tese apresentada na École de Chartes, este estudo procura, a partir da larga experiência da Autora, de suas observações, da literatura existente sobre o assunto, esclarecer pontos capitais que não lhe estavam claros: 1). — por que razão os primeiros desbravadores das grandes extensões de terras a cultivar pelos senhores da região acabaram por receber apenas pequenos lotes?; 2). — se, no início as superfícies dos *quévaisiers* eram todas iguais e pequenas, como se explica a evolução que resultou em explorações agrícolas de dimen-

sões variadas?; 3). — por que circunstâncias, juristas e historiadores foram levados a qualificar de feudais os contratos realizados livremente entre proprietários e locatários de terras, fora de toda hierarquia feudal?

O estudo monográfico da *Quévaise*, instituição exclusivamente existente na baixa Bretanha e dentro das terras pertencentes às duas ordens religiosas dos Cistercienses e dos Hospitalários, leva-nos mais uma vez a confirmar a hipótese da complexidade e da variedade existentes dentro do mundo medieval, de suas instituições e formas de exploração da terra e do relacionamento entre os homens. Esquemas rígidos que aprendemos em bancos escolares sobre a hierarquia e a organização feudal em França notadamente, não condizem com as realidades.

Na Introdução a Autora discute questões relativas aos arquivos *quévaisières*, tece considerações de ordem filológica, sobre os documentos — em enorme quantidade — utilizados e sua justificação. Depois do que busca integrar a Instituição em seu contexto espaço-temporal, integrando nele o Homem, particularmente o camponês que detem uma *Quévaise*. Este mesmo Homem aparece dentro de uma ordem social que a Autora define e na qual analisa igualmente o governo das pessoas e das coisas. Mas note-se, o que tem importância em todo o trabalho, é que desde o início a reconstituição é histórica e realizada exclusivamente com base na coleção documental, variada e dispersa sobre a *Quévaise* que conseguiu reunir. Esta, inclusive, vem anexada na parte final de sua obra (a partir da página 245 mais precisamente). Por esta razão pouca bibliografia é mencionada, e os grandes autores que trataram também da *Quévaise* só aparecem quando a Autora contrapõe algumas de suas explicações às deles.

Dentro do “mundo onde vivem os *quévaisiers* do século XV” interessa conhecer também as formas de ministrar justiça e a tipologia dos agentes que a realizam.

Nesta região da baixa Bretanha onde a *quévaise* encontra-se encravada nas propriedades das duas ordens religiosas, o tipo mais usual de propriedades rurais que se pode divisar na paisagem agrária é a do *bocage*, pequenas extensões de terras cultivadas e separados uns dos outros por pequenas cercas naturais.

“Entre ces zones en bocage autour des groupes de maisons, un reste de champs ouvert subsistera dans les vaine patûres” (p. 139).

Mas a paisagem agrária não é tão simples: ao lado dos *bocages* aparecem também os *openfields*, o sistema de cultivo em grandes extensões sem cerca, embora não predomine.

O estudo da *Quévaïse* propriamente dito vem no final do texto e começa pela análise etimológica da palavra. A origem desta seria celta, latina, bretã? Difícil definir com exatidão.

Mas o significado da palavra muda através do tempo.

“Du sens originel de champs on est passé à celui d'une tenure dont la partie essentielle est un champs, puis à celui de tenures de dimensions variables qui se sont constitués autours du noyau représenté par le champs primitif” (p. 151).

Uma cartografia histórica da *Quévaïse* é traçada e é seguida de minuciosa relação do número de *quévaïses* existentes em cada bispado, paróquia, senhorias da baixa Bretanha.

Sobre o aparecimento desta Instituição puramente bretã pairam controvérsias. A Autora está mais inclinada a acreditar em uma criação das ordens hospitalárias e templárias mesmo, do que numa instituição de origem ducal, e resume suas análises históricas e geográficas com estas palavras:

“enclave dans la région de domaine congéable, la quévaïse est le régime des terres élevées des monts d'Arrée, les dernières qui aient été défrichées. Des Cisterciens et des Hospitaliers s'y sont implantés durant le deuxième quart du XIIe siècle. Les exploitations agricoles qu'ils ont créées ont attiré des défricheurs auxquels ils ont proposé des conditions susceptibles de les retenir. Le contrat, le convenant pour employer la terminologie bretonne, qui a été conclu avec les défricheurs en vue de leur installation sur le sol à mettre en valeur est un contrat d'hostise, plus avantageux que le convenant des autres terres de la région, parce qu'ici l'hôte ne sera pas congéable” (p. 184).

Contraopondo-se aos historiadores da *Quévaïse*, Laurent prova a originalidade desta Instituição que, dentro do mundo feudal, apresentava ausência de características de servidão e ausência de características feudais.

A Revolução Francesa suprime a *quévaïse* em 1789.

MARIA LUIZA MARCÍLIO

*

* *

MARTIN (Phyllis M.). — *The External Trade of the Loango Coast, 1576-1870* (*The effects of changing commercial relations on the Vili Kingdom of Loango*). Oxford Studies in African Affairs. 1972. Oxford University Press.

Este livro foi originalmente uma tese de doutoramento defendida pela Autora na Universidade de Oxford. O tema abordado focaliza o desenvolvi-

mento do comércio na região denominada Costa de Loango, que fica na África Ocidental, precisamente entre o Cabo Lopez e o estuário do Rio Congo. O aludido estudo do comércio da região, leva ao estudo do Reino Vili que ali floresceu até o século XVIII, focalizando sua situação antes e depois da era de ativo comércio de escravos. O trabalho deve a sua originalidade ao fato de enfocar tais assuntos do ponto de vista africano.

Demonstra abranger dois temas bastante interrelacionados: um deles é o mecanismo das trocas comerciais afetando as relações políticas entre os diversos reinos da Costa de Loango; e o segundo tema é um estudo de profundidade no reino Vili, para demonstrar finalmente em que medida exata os contatos com os europeus afetaram um próspero reino africano.

Uma das poucas tentativas de estudo daquela área havia sido feita pelos componentes de uma expedição científica alemã que se realizou entre os anos de 1873 e 1876.

A importância dessa expedição repousa no fato dela haver recolhido preciosas tradições orais africanas que de outra maneira talvez se perdessem. Além disso, relatos de viajantes à costa de Loango, anteriores à expedição foram localizados, sabendo-se que eles estavam em arquivos das Companhias de Comércio holandesas, francesas e inglesas que agiram na área de Loango. Eis porque o exaustivo trabalho de pesquisa incluiu também tais arquivos.

Os documentos portugueses coletados por A. Brásio, *Monumenta Missionaria Africana — África Ocidental*. 1a. série, 10 volumes Lisboa, 1952-1965, foram vasculhados pela Autora, assim como os trabalhos de A. de Albuquerque Felner — *Angola, Apontamentos sobre a ocupação, início e estabelecimento dos Portugueses no Congo, em Angola e Benguela*, Coimbra 1933, além da *Angolana* (Documentação sobre Angola) I, 1783-1883, Lisboa 1968 de M. A. F. de Oliveira. Igualmente como fonte impressa, foi usado o trabalho de Paiva Manso — *História do Congo (Documentos)*. Lisboa, 1877.

A Autora, porém, afirma ter plena certeza de que uma busca mais cuidadosa nos arquivos portugueses seria muito proveitosa, o que é uma sugestão importante para os que se dedicam ao assunto.

No entanto, em seu livro há a inestimável contribuição da revelação da riquíssima documentação holandesa, tanto do *Algemeen Rejksarchief* de Haia, como do *Ryksarchief* de Middelburgo que abriga documentação da Companhia Comercial do mesmo nome, Companhia essa que mandou navios para a área do Loango, entre os anos de 1773 até 1794.

Além destes, os documentos dos arquivos de Rotterdam, Amsterdam e Leiden, foram pacientemente perqueridos pela Autora que aprendeu paleografia holandesa especialmente para sua pesquisa.

Igualmente os Arquivos franceses foram consultados: Arquivo Colonial no tocante a documentos anteriores a 1815 e Arquivo da Marinha para documentação anterior a 1870. Seus documentos estão depositados nos *Archives Nationales* de Paris. Os da *Séction-d'Autre-Mer* dentre os quais destacam-se os *Dépôts des Fortifications des Colonies*, também lá estão e foram consultados para o trabalho em apreço. Da mesma maneira os Arquivos da *Bibliothèque Nationale*, os de Nantes e Rennes foram vistos.

No *Public Record Office*, de Londres, foram consultados papéis do acervo da *Royal African Company*, que operou intermitentemente naquela região.

Nota-se, portanto, a densidade da pesquisa e a seriedade desse trabalho de fôlego, para nós tão revelador já pelo seu tema como pela documentação indicada, com suas imensas sugestões para os interessados neste tipo de história.

Apenas para exemplificar, no capítulo VII e em especial à página 138, encontram-se importantes revelações à respeito aos presídios e as fortificações portuguesas de Ambriz, ali estabelecidas em 1791, expulsando da área rivais holandeses e ingleses. Esta fortificação foi a base do finca-pé português ao longo do rio Loge, embora nesta época, em plena revolução francesa, o comércio de escravos mais ativo na área fosse o de Nantes.

É interessante acompanhar com a Autora, o fato de que a África a partir do contato europeu, pulsa de acordo com seus interesses comerciais e mais adiante reflete até mesmo os acontecimentos políticos da Europa.

MARIA REGINA CUNHA RODRIGUES SIMÕES DE PAULA

*

* *

NOVINSKY (Anita). — *Cristãos-novos na Bahia*. Coleção Estudos nº 9. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972. 238 págs.

O livro de Anita Novinsky (*Cristãos-novos na Bahia* Coleção Estudos nº 9 — São Paulo, Editora Perspectiva, 1972 238 p.) (*) tem enorme interesse, não só pelo tema, como pela revelação de uma historiadora — mais um nome que deve ser levado em conta no quadro restrito dos que se dedicam com boa formação, esforço e lucidez ao estudo do Brasil. Pelo tema, dada a importância que o cristão-novo tem no processo português — na Metrópole e no Império. A caracterização e atuação do grupo exercem o fascínio que têm os discriminados. Quanto se refere a esses grupos é atraente, pelo que sofrem ou pelo que fazem.

(*) . — Transcrito, com a devida permissão, do jornal "Minas Gerais" (Suplemento Literário) de 25 de novembro de 1972, pág. 5. (*Nota da Redação*).

Há enorme bibliografia, no plano universal, de estudos de casos do prisma histórico, sociológico ou psicológico, reveladora de situações ricas de conteúdo social e humano e do papel positivo que as minorias exercem: o protestante nos países católicos, o católico nos países protestantes, o judeu em todo o mundo, para citar só alguns exemplos. Objeto de atenções, vigiado e perseguido, ele tem que dar mais que os outros para sobreviver. Dai a superioridade que frequentemente apresenta, com contribuições em todos os setores. Se não se realizar, através de maior preparo e mais dedicação, acaba por ser tragado. Os outros podem subsistir na mediania, não ele. Dai o papel dos heterodoxos, cujo elogio já foi feito muitas vezes — por Sombart, por exemplo, em vários livros.

Entre os grupos discriminados, nenhum supera o judeu, objeto de combate ao longo de toda a sua história e em quase todo o mundo. A situação acabou por dar-lhe fisionomia especial, como psicologia ou ação. Há vasta bibliografia sobre a matéria, na qual destacamos a obra de Sombart *Os Judeus e a Vida Econômica*: o historiador e economista assinala, como o nome do livro indica, a contribuição deles para a economia dos povos, denunciando a coincidência entre a prosperidade e a decadência de Estados, com o tratamento conferido ao judeu — seu aproveitamento ou exclusão. A nota de Anita Novinsky sobre essa obra (p. 34) não é justa, uma vez que o próprio Sombart estabelece que vai destacar o papel do judeu no desenvolvimento do capitalismo, de modo que deixa em segundo plano outros fatores que não ignora, mas não deseja realçar: não há, pois, no autor, no enaltecimento de certo papel, a distorção referida.

Na bibliografia portuguesa o tema aparece, pela perseguição que leva o judeu a metamorfosear-se para escapar das garras da Igreja e do Estado, renegando sua origem e pretendendo abraçar a fé católica. Forma-se o homem ambíguo, que é publicamente uma coisa e na vida particular outra, com as práticas de sua fé, os velhos hábitos adquiridos. É o cristão-novo, que tem de estar em permanente vigilância para não cair na desgraça de um processo no qual tem poucas oportunidades. A época permite a denúncia, sem maiores provas, originando-se casos que se arrastam durante anos e terminam pelo condenação da vítima, com sua morte, afastamento das atividades ou perda de bens. Formam-se os Tribunais, que se esmeram em descobrir culpados, que essa é a função de órgãos que criam privilégios para seus membros, conferindo-lhes importância que não tinham e rendimentos, normais e escusos. Assim foi com a Inquisição e outros Tribunais do gênero, ontem, assim é hoje, em todos os regimes de exceção em que se distingue um grupo — incumbido de descobrir culpados — e cria-se toda uma legião de culpados, como se vê nas situações anormais da vida política, tão comuns no século XX como foram na Idade Média. A autoridade que se inventa, desimportante em si — caso contrário não aceitaria o encargo, — assume rigor para conquistar posições e até justificativa aos próprios olhos. A “caça às bruxas” é constante na História.

Exemplo é o dos cristãos-novos, em Portugal e no Brasil. Criou-se a situação, perseguições foram feitas, acordos tentados, expoliações para conciliar casos, com a obtenção de recursos para os perseguidores, membros dos Tribunais e até para o Tesouro. Já se escreveu bastante sobre o assunto, muitos documentos foram publicados, mas o problema ainda está por ser devidamente posto. Matéria apaixonante, seu trato nem sempre é objetivo: ou se é contra ou a favor, sem a necessária crítica. Bom exemplo de produção destituída de qualquer mérito é a obra de Gustavo Barroso, que se debruçou longamente sobre o tema, deturpando-o de todo modo. Seus escritos nem devem ser citados, que estão fora da historiografia, caindo no panfleto de doutrinação fascista. Já dignos de referência são as publicações de documentos das denúncias e confissões, feitas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, ou outras, anteriores, de Varnhagen e Antônio Baião. Há aí o documento vivo, devidamente apresentado por autores de categoria. Mais recentemente, outros volumes aparecem, como os de Eduardo d'Oliveira França e Sônia Aparecida Siqueira, Gonçalves de Melo Neto e Anita Novinsky. Tem-se notícia de descobertas aguardando publicação, de “visitas” ao Pará e a Minas Gerais. Ao lado dos documentos, lembrem-se os livros de historiadores, como Mendes dos Remédios (1895). João Lúcio de Azevedo (1921), Antônio Baião (1936) e outros, portugueses, espanhóis, brasileiros, judeus, que tentaram colocar o caso nos padrões da justiça da época, justificando ou não a violência, em termos de que realmente os indiciados praticavam o judaísmo, de modo que havia coerência nos Tribunais e devassas.

Mais recentemente — informa a historiadora — aparece contribuição de Antônio José Saraiva (*A Inquisição em Portugal* 1956), que, “tratando especificamente do fenômeno português, procurou colocar o problema em outro plano: o cristão-novo hereje, criptojudeu ou “judaizante” foi um mito criado pela Inquisição em defesa contra o avanço da classe burguesa em ascensão, cujo núcleo principal era constituído por elementos de origem judaica. A religião foi um pretexto para encobrir o verdadeiro motor: a luta de classes” (p. 5). Na mesma linha, lembra a obra de B. Netanyahu *The Marranos of Spain* (1966), segundo a qual “não foi o movimento marrano que provocou o surgimento da Inquisição na Espanha, mas, ao contrário, deve-se ao Tribunal a emergência do movimento marrano espanhol” (p. 6). Para a historiadora brasileira, “quando atingimos o século XVII a Inquisição lutava contra uma “realidade” que não era a religião judaica concebida no seu sentido tradicional ortodoxo, era sim uma força de oposição” (p. 6).

Aos estudiosos da matéria, acrescente-se agora o nome de Anita Novinsky, com livro sobre os cristãos-novos na Bahia, de 1624 a 54. O período é importante, que é o da invasão holandesa na Bahia e em Pernambuco. Acusou-se o cristão-novo de conivente com o holandês, o que pode ter acontecido algumas vezes — como se deu mesmo com portugueses, — mas a autora mostra, em

mais de uma passagem (p. 21, por exemplo), o empenho deles na defesa da terra, com vidas e dinheiro. Foi ínfima a colaboração que deram para a Companhia das Índias Orientais e Ocidentais ou na atuação holandesa no Brasil, afirma com base em Boxer e em pesquisas próprias (p. 117). Como declara no prefácio, o estudo é resultado de dez anos de trabalho. O importante é que não esgotou a investigação nos arquivos brasileiros, mas foi a Portugal e teve ocasião de consultar fontes em outros países e discutir a matéria com autoridades em grandes centros de preocupação com o caso. O conhecimento de várias línguas e a permanência no exterior também explicam a qualidade do que produziu: a autora preparou-se para o assunto, vivendo-o intensamente, lendo o que se escreveu sobre outras épocas e áreas. Demais, formada em História, com o gosto da investigação e a capacidade de ver além do texto, pela paixão que o tema lhe provoca, pôde escrever livro que se impõe.

O plano seguido revela amadurecimento e sensibilidade: assim é que parte da análise da posição dos autores tradicionais quanto à Inquisição e ao cristão-novo, balanceando as fontes oficiais e judaicas. Especifica o material que usou, que é principalmente o do Arquivo da Inquisição de Lisboa, os Livros das Atas da Câmara da Bahia, além de outros, o que atesta amplitude da investigação e seriedade do esforço. É exemplar o capítulo que abre o livro, na justa colocação do estado de conhecimento da matéria a ser tratada.

No segundo capítulo, fixa o que é o cristão-novo em Portugal no século XVII. Assinala que o país foi o primeiro a reconhecer os direitos dos judeus, ainda na Idade Média, e foi aí “que a propaganda oficiosa antijudaica penetrou mais tarde” (p. 24). Com a expulsão de judeus da Espanha, em 1492, é que muitos vêm para Portugal, criando dificuldades: então, “D. Manuel, pressionado pela nação vizinha, concorda em expulsar de Portugal seus súditos judeus, mostrando entretanto que não queria perde-los: proíbe-lhes a saída e ordena que todos se convertam ao catolicismo pela força. Esse ato vai abrir também ao reino português o problema do converso, aí conhecido como cristão-novo” (p. 30-1). Há muita observação interessante, como aquela que é conhecida mas se esquece de que “a especial habilidade que apresentaram (os judeus) para o comércio foi resultante de um processo histórico e não de qualquer estigma “racial”, pois sendo continuamente vítimas de exclusão e proibidos muitas vezes de possuírem bens imóveis, procuravam segurança econômica na atividade mercantil” (p. 32). Ou como é que o preconceito contra o hereje custa mais a entrar em Portugal que na Espanha, pelo fato de que na Espanha o catolicismo foi mais forte que em Portugal, pois a unidade espanhola se faz na luta contra o Islã, “de maneira que religião e nação se confundiram”, diz citando análise de Joaquim Barradas de Carvalho (p. 33). Outra nota que revela sutileza de historiador é a sobre a variedade de comportamento no marranismo, sem a coesão que outros autores pretenderam ver (p. 40).

O capítulo seguinte estuda a posição dos cristãos-novos na sociedade baiana, evidenciando a transferência do problema para o Brasil; o elemento na estrutura social da Colônia, o que eles eram e faziam, o número, bem como as atitudes das autoridades. Parece que a vinda para o Brasil quase sempre alçava o cristão-novo a um *status* mais elevado” (p. 59). Eles eram comerciantes, senhores de engenho, dedicavam-se ao cultivo da terra, “o que vem contradizer opiniões generalizadas sobre a inabilidade e inaptidão do cristão-novo para a agricultura” (p. 69). Fato importante é que muitos participaram da Câmara Municipal de Salvador, atestado de que eram de posses e qualidades (p. 75).

O quarto capítulo trata da experiência inquisitorial na Bahia, com os Tribunais, funcionários e técnicas empregadas, as “visitas”, as denúncias e confissões e julgamentos, com a análise dos casos mais expressivos.

Finalmente, o último capítulo, com o título de “o homem dividido”, examina os processos de alguns condenados baianos. É o mais rico do volume, revelando não só a capacidade de reconstituição como finura de intérprete, na denúncia do comportamento ambíguo dos indiciados. Pretende caracterizar o que era o cristão-novo brasileiro. Como se formou o mito, com a atribuição da característica a muitos que não o eram e acabam pela confissão de que eram, premidos por torturas. O Tribunal fabricou judeus, para revelar eficiência no trabalho, como se dá com julgamentos do tipo. É certo que havia cristãos-novos, judeus ou cripto-judeus — o que é subestimado por Saraiva (p. 143). Anita Novinsky não pretende negar a existência do judaísmo aqui. Assinala, porém, que as várias gerações passadas no catolicismo, se não tornaram os cristãos-novos bons católicos, também não conseguiram fazer deles, muitas vezes, bons judeus (p. 160). Dai a desadaptação, o homem dividido. Seria mais um caso de ilustração do conceito de “homem marginal”, já clássico na moderna sociologia. Em conclusão, de nota de pé de página que devia estar no texto, assinala-se que o estudo foi o do cristão-novo na Bahia em determinada época não pode caracterizar o cristão-novo brasileiro: “este necessita ser estudado dentro do contexto e diversidades geográficas e históricas diferentes” (p. 162), em relativização que é mais uma prova de acuidade.

Eis, em síntese, o livro que se comenta. Havia reparos a fazer, quanto a conceituações da sociedade portuguesa e da baiana, o esquecimento de algumas obras significativas e mesmo pequenos defeitos de redação. Pela irrelevância e pela extensão da resenha ficam de lado. *Cristãos-Novos na Bahia* é livro que se impõe pela pesquisa, estrutura e análise, revelando historiadora que vai produzir ainda outros volumes de valor, em desdobramento deste. Tudo indica que se trata de autor de tema único — verificação que não é depreciativa, que é rico e o seu conteúdo como a problemática que desperta. Obter-se-á assim o indispensável exame de aspecto fundamental para a compreensão do processo

do desenvolvimento econômico, social e político do Brasil. A historiografia muito espera do labor e lucidez de Anita Novinsky.

FRANCISCO IGLÉSIAS

*

* *

HOLANDA (Sérgio Buarque de). — *História geral da civilização brasileira*.

II. *O Brasil monárquico*, volume V: *Do Império à República*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1972. 436 págs.

Com um volume inteiramente de sua lavra, no qual são estudados os últimos vinte anos do regime imperial, concluiu Sérgio Buarque de Holanda a segunda parte (Brasil monárquico) de sua grande obra, a *História geral da civilização brasileira*, que, assim, totalizou sete grandes tomos. Para a sua apreciação integral, julgamos oportuno transcrever as palavras do Professor Pedro Moacyr Campos, que, carinhosa e dedicadamente assistiu a Sérgio Buarque de Holanda na coordenação da obra: “A iniciativa de publicar a presente *História Geral da Civilização Brasileira* apenas será compreendida em toda a sua extensão, se a relacionarmos com um empreendimento já levado a cabo pela Difusão Européia do Livro, a edição brasileira da *História Geral das Civilizações*, dirigida por M. Crouzet. Deveras, uma apresentação da história do Brasil em novos moldes, orientada pela preocupação de mostrar a continuidade do processo histórico em seus diversos ramos, objetivando uma reconstituição do passado brasileiro no seu conjunto, sem atribuir precedência a qualquer setor de atividades — política, econômica, etc. — somente terá real sentido se puder enquadrar-se numa visão semelhante da história geral. Não nos exporem, assim, ao perigo de encarar o panorama brasileiro como algo autônomo, no quadro de uma história em que não há lugar para autonomias desta ordem. Pois o próprio processo histórico é, essencialmente, constituído pelo infinito entrelaçamento de realações entre elementos das mais diversas origens, e só através delas podemos pretender compreendê-lo. História do Brasil, sim, Mas com a possibilidade de ajustá-la no amplo cenário de uma história geral concebida em termos que satisfaçam às exigências do mundo presente. As duas coleções da Difusão Européia do Livro, portanto, completam-se, integram-se harmoniosamente uma na outra. E nisto reside um mérito considerável. Feliz, também, a entrega da *História Geral da Civilização Brasileira* à direção de Sérgio Buarque de Holanda. Dificilmente imaginamos alguém de vistas mais largas, de horizontes mais rasgados. Sua curiosidade sempre alerta, sua cultura geral assentada em invejáveis alicerces, sua vivacidade intelectual, sua capacidade de trabalho transformaram-no no historiador que todos conhecemos e admiramos. As linhas pelas quais pautou sua nova obra recomendamos-no, ainda mais, aos nossos encômos. Encabeçando uma equipe de especialistas, timbrou em deixar-lhes toda liberdade, reser-

vando-se, somente, a elaboração do plano geral, o direito da escolha dos colaboradores e de harmonização dos capítulos de cada um deles. Não impôs restrição, não reclamou obediência a qualquer norma, nem de longe procedeu segundo qualquer preconceito. Demonstrou, com isto, sua descrença em critérios infalíveis, em soluções definitivas, que se revelam, quase sempre, tão inçadas de perigos para o leitor pouco prevenido. *A História Geral da Civilização Brasileira* não tem pretensões a propor o assunto segundo um esquema fechado: o público, em geral, empenhado no enriquecimento de sua cultura, terá, por intermédio dela, a oportunidade para uma visão larga do processo formativo do país; alguns, certamente, encontrarão aí um estímulo para novas pesquisas, levando-a a constituir-se numa etapa dos estudos da história brasileira, proporcionando novas sugestões, favorecendo novas idéias, fertilizando a mente dos jovens que se sintam atraídos por este ramo de estudos”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

*

* *

IGLÉSIAS (Francisco). — *História e Ideologia*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1971 (*).

Focalizando temas afins, os cinco ensaios de Francisco Iglésias coligidos em *História e Ideologia* (Um conceito equivoco — a História Universal; Natureza e ideologia do colonialismo no século XIX; Estudo sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo; Celso Furtado, pensamento e ação; Pensamento político de Fernando Pessoa) são todos capítulos da história das idéias, terreno resvaladido, cheio de armadilhas para o intérprete, porque situado justamente no ponto de junção do pensamento teórico com as circunstâncias práticas que o condicionam. No caso, o intérprete, historiador por ofício, adota uma “linha comum em todos os ensaios, que é a preocupação histórica e o tratamento em termos de situação do tema em relação ao tempo e ao local” (pág. 13). Requisito para a análise de quaisquer idéias, sejam religiosas, artísticas ou políticas, essa perspectiva metodológica não poderia faltar a estudos como os de Iglésias, tão sérios e densos quanto flexíveis nos seus juízos conclusivos. Mas vemos, desde o primeiro deles, que a metodologia prolonga-se em epistemologia. Pois que é epistemológica a questão do conteúdo ideológico da História Universal, tal como esta se firmou em torno da idéia de Humanidade enquanto sujeito do progresso material e espiritual, elaborada, a partir da filosofia da Ilustração, por Condorcet, Herder, Kant e Hegel. “A história geral, universal, é uma abstração, um equívoco. Há histórias parciais de determinados povos ou culturas” (pág. 50). Se hoje admitimos não mais do que a existência de “histórias parciais”, se o co-

(*). — Reproduzido, devidamente autorizado, do Suplemento Literário do Jornal “Minas Gerais” de 7 de outubro de 1972. (Nota da Redação).

nhecimento histórico, obtido “por cortes no tempo e no espaço (...)”, depende dos três quadros referenciais, um geográfico, outro cronológico e um terceiro analítico, a que alude Leon Halkin, não pode o historiador postular, com base nesse conhecimento descontínuo, que versa sobre segmentos do passado ou sobre determinadas ordens de fatos, senão “certa continuidade, formada de elementos nem sempre determináveis, que constituem a linha de evolução” (pág. 52). Convenhamos, porém, que a falta de continuidade é mais uma contingência da própria forma do conhecimento histórico do que um parcelamento da realidade “imposto por motivos didáticos” (pág. 52). Nessas condições rejeitada, por seu conteúdo ideológico, a unificação totalizadora, pressuposto da História Universal, como desenvolvimento uniforme e unidirecional de uma só humanidade, que era, afinal, mesmo na filosofia hegeliana, um reflexo do homem europeu do século XIX, deve-se buscar a unidade do processo histórico na correlação das diferentes sociedades, civilizações e culturas.

Dos valiosos estudos de tipologia ideológica que o volume encerra, limitamo-nos a destacar os dois que se referem ao brasileiro Jackson de Figueiredo e ao português Fernando Pessoa. Faltava-nos a análise abjetiva que faz Iglésias do primeiro, figura carismática bem representativa de uma posição da inteligência brasileira, quando esta, após a Primeira Grande Guerra, experimentou, sob o impacto das mudanças sociais que levaram ao Modernismo e à revolução política de 1930, a sua primeira crise. Convertendo-se ao catolicismo em 1918, Jackson de Figueiredo, escritor político sobretudo, espírito apaixonado de catecúmeno, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, mobilizando os intelectuais católicos, que efetivamente liderou, numa cruzada de regeneração moral e social, sob a bandeira de doutrina autoritarista e inconsistente, que muito deveu a Joseph de Maistre e a Charles Maurras. Coerente com essa posição reacionária, ideólogo puro que foi, assumiu sem disfarce, e até à intolerância, o papel de disciplinador espiritual da sociedade, que não soube transcender.

Em outro contexto histórico, a singularidade ideológica de Fernando Pessoa, bem compreendida por Iglésias, que se debruçou tanto sobre os *Textos Filosóficos* quanto sobre a *Sociologia do Comércio* (pena que não mencione *O Banqueiro Anarquista*), veio do fato ou da fatalidade de haver o grande poeta transcendido quantas situações exteriores, principalmente as políticas, se formaram ao seu redor. Quem se escolheu algumas vezes anti-liberal e outras “liberal dentro do conservadorismo”; quem se proclamou sebastianista, partidário de um nacionalismo místico, e escreveu contra o preconceito da Ordem; quem, como “indisciplinador de almas”, capaz de transfundir o seu messianismo no ocultismo e o seu ocultismo numa alquimia poética, foi um *nilista transcendental* ou um anarquista intelectual, não poderia ter senão uma ideologia inclassificável, atípica. “Fernando Pessoa foi poeta e por sua obra deve ser julgado. Tudo o mais é acidental e de importância secundária comparado à poesia que deixou” (pág. 292). Essa compreensão da poesia, como um limite valorativo do pen-

samento político de Fernando Pessoa, marca o ensaísmo de Francisco Iglésias com uma nota de autêntica serenidade.

BENEDITO NUNES

*

* *

MOTA (Carlos Guilherme). — *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo. Perspectiva e Editora da Universidade de São Paulo. 1972.

Originalmente, apresentado como tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, em novembro de 1970, trata-se de trabalho modelar no gênero, “um estudo de história da consciência social” (p. 1), que vem fornecer elementos valiosos para a compreensão da mentalidade brasileira, no início do século XIX.

Para avaliar-se o mérito da pesquisa, basta verificar a documentação utilizada pelo professor Carlos Guilherme, quase tôda inédita e em grande parte transcrita na obra: documentos manuscritos, documentos impressos, cronistas, informações de viajantes, artigos e publicações periódicas, bibliografia geral e especializada.

O livro compõe-se de quatro capítulos e uma parte introdutória, onde o autor faz considerações sôbre o tema, o método e a documentação.

No primeiro capítulo, “O Nordeste brasileiro, da descolonização portuguesa a dependência inglesa”, o autor demonstra a necessidade de enquadrar-se o movimento de 1817, dentro de um contexto mais amplo, devendo ser entendido como: a “primeira manifestação mais significativa de uma série de rebeliões que iriam marcar o trânsito do Brasil do Antigo Sistema Colonial português para os quadros do Imperialismo inglês” (p. 15). Salienta também que o movimento insurrecional, eclode numa época de crise econômica no nordeste, agravada pelas tensões sociais que há muito vinham se desenvolvendo. Interesses da aristocracia nativa, chocam-se com interesse dos mercadores. Os monopólios afetam todos os setores, grandes proprietários, comerciantes nacionais e camadas livres e pobres. Fatores externos como: importação de idéias, infiltração de comerciantes do noroeste europeu e Estados Unidos da América, movimentos emancipadores da América Espanhola e a presença inglesa que controla cada vez mais os diversos níveis da vida do nordeste, também concorrem para acelerar o processo de deterioração das relações sociais.

No segundo capítulo, “As formas de pensamento revolucionários”, o autor interpreta a sociedade nordestina no início do século XIX, como “estamental escravista”. A partir dessa premissa, propõe um estudo das formas de pensamento emergentes na época, diversa d'aquela que utiliza o “esquema do tipo luta de classes” (p. 68), uma vez que essas formas de pensamento, só podem

refletir as características dos setores que as fundamentam, no caso a Sociedade estamental escravista.

A complexidade do universo social que vem se modificando nesta fase de descolonização impõe: 1º). — a não simplificação de realidades sociais e mentais; 2º). — a impossibilidade de atribuir motivações a tal ou qual fator; 3º). — a não atribuição exclusiva a alguma categoria social da responsabilidade na condução do processo revolucionário.

A partir do levantamento da maior ocorrência e principalmente da passagem da utilização quantitativa para a qualitativa, de termos significativos com conotações diversas, como o termo “classe”, o autor infere, a “existência de uma viragem mental acompanhando o processo de descolonização portuguesa no Brasil (p. 73). Essa viragem mental, corresponde a novas maneiras de encarar as relações sociais em 1817. Entretanto, tal diferenciação não pode ser generalizada a todas as camadas sociais. Deve-se considerar a interferência de variáveis, tais como: valores culturais, importação de idéias sobretudo pelas camadas dirigentes, a complexidade do universo social e principalmente, a limitação imposta pela organização do trabalho em moldes escravistas.

É verdade que a contestação da ordem social, em maior ou menor grau, chega a atingir todos os setores sociais, entretanto, o aprofundamento desses desencontros vai levar colonizadores e colonizados a reequacionar suas posições. A alteração a que se propunha a camada dominante dizia respeito ao plano político: vitalização frente à metrópole. No plano interno a preocupação dirigiu-se para a contenção da escravaria, dos lavradores brancos e dos moradores, enfim pela manutenção da ordem escravocrata. Assim, o processo revolucionário vê-se travado “dando margem à reorganização das forças repressivas” (p. 120).

Uma vez que não houve modificação nas relações de produção, o autor caracteriza o movimento de 1817, como uma insurreição das elites coloniais, com tendência liberalizante, não democrática, mas de cunho nacionalista. No plano das relações sociais, a sociedade estamental escravista “sofre um abalo em 1817, sem haver entretanto, a emergência de sociedade de classes”. “A revolução em seu conjunto, configurava o fortalecimento do estamento escravista em relação a antiga metrópole” (p. 162).

No terceiro capítulo, “As formas de pensamento ajustadas”, o objetivo do autor é determinar os setores que forneceram os contingente para a contra revolução e, investigar algumas “bases sociais que alimentavam a produção de formas de pensamento contra-revolucionário” (165). Além de mostrar a falta de homogeneidade da repressão, esboça os “valores gerais dos homens do sistema” (p. 165), procurando caracterizar seu universo mental.

As incertezas do setor repressivo são constadas, através do estudo das notas de Oliveira Lima, inseridas no livro de Muniz Tavares e das anotações de Tollenare.

Alguns problemas que influenciaram negativamente a revolução, persistiam impedindo a eficácia da contra-revolução. Comportamentos revolucionários ainda se faziam presentes, assim como atitudes nacionalistas. A própria mentalidade do colonizado demonstrava significativas mudanças.

“Em tais condições, não seria possível esperar uma regeneração imediata e integral das estruturas de dominação no nordeste” (p. 178). Uma repressão muito violenta poderia ser desastrosa, havia necessidade de dar uma “resposta flexível aos problemas emergentes” (180). O objetivo final da repressão era o reequilíbrio do sistema, mas as divergências entre poder civil e militar dificultavam a obtenção de bons resultados. Os ajustamentos iam se fazendo num esforço de reabsorção das áreas tumultuadas.

A visão que os contra-revolucionários tinham do fenômeno ocorrido em 1817, sofreu uma evolução: de início viam o processo como uma Inconfidência e muitas vezes como um fenômeno isolado, depois como uma revolução militar ou mesmo uma guerra civil. Entretanto, os juízos continuavam sofrendo, em certa medida, a interferência de experiências anteriores.

No quarto capítulo, “A formas de pensamento reformista”, a preocupação do autor permanece sendo a de classificar as manifestações mentais dos inícios do Dezenove” (p. 198). Assim defende o ponto de vista de que a insurreição de 1817, contendo determinações aos mesmo tempo liberais, nacionais e descolonizadoras, provocou modificações profundas nas antigas maneiras de pensar, inaugurando uma linhagem de pensamento reformista. “Tal linhagem situa-se a meio caminho entre as formas de pensamento revolucionárias e aquelas tradicionais do sistema colonial” (197).

Através da análise das ideologias, de alguns personagens ligados ao movimento de 1817, e em especial, do advogado dos revolucionários Aragão e Vasconcelos e do historiador Muniz Tavares, o autor procura supreender, “a emergência e as peculiaridades da ideologia liberal e nacionalista no Brasil, na primeira metade do século passado” (203). O professor Carlos Guilherme demonstra primeiramente, como o advogado na ânsia de defender seus constituintes, viu-se obrigado a recorrer a uma extensa bibliografia, defrontou-se com problemas da sociedade brasileira e, assim, muitas vezes viu seus valores e visão de mundo abalados. Percebe o autor esse desajustamento de Aragão e Vasconcelos em relação a ordem estabelecida, mas não constata posturas mais radicais. Suas idéias políticas seriam reformistas mas não revolucionárias. Aragão e Vasconcelos, não aceitava sem discussão o sistema estabelecido, mas ao mesmo tempo defendia uma certa estruturação da sociedade, a sociedade estamental. O seu comportamento mental contém já, as premissas básicas, do pensamento liberal brasileiro do século passado.

Continuando suas indagações sobre as raízes, vicissitudes e peculiaridades do pensamento liberal brasileiro, e do nacionalismo emergente no início do século

XIX, o autor analisa também detalhadamente a obra de Muniz Tavares, que considera uma das principais fontes para esse estudo.

Para o professor Carlos Guilherme, o revolucionário e historiador, “legou uma certa maneira de ver a vida social brasileira que, através das várias gerações de intelectuais e políticos, se perpetuou e se erigiu em ideologia” (246).

A visão de mundo de Muniz Tavares, já distanciava-se daquela dos reformistas ilustrados luso brasileiros, dos fins do século XVIII e começos do XIX. Sua postura liberal, se manifestava no combate ao monopólio, na preferência pelos Estados Unidos da América como modelo e finalmente, na visão que “possuía da sociedade brasileira, visão marcada pelas maneiras de perceber as altas camadas” (p. 264). Quanto ao pensamento nacionalista em Muniz Tavares manifestava-se, segundo o professor Carlos Guilherme, na crítica aos portugueses, no regionalismo, na perspectiva histórica, no elogio à aristocracia rural e nas qualidades que atribuía ao caráter do colonizado.

Na conclusão de sua obra, o autor propõe apreciações em dois planos: o da “história das mentalidades” e o da “natureza da revolução no período considerado” (p. 283). Quanto ao primeiro plano apesar de defender a existência de uma significativa viragem mental, o professor Carlos Guilherme destaca a importância da interferência de “variáveis e ingredientes pouco avaliáveis, se adotadas como modelos as revoluções metropolitanas de caráter burguês e nacional” (p. 283). Assim, salienta o destaque dado no seu estudo aos valores culturais e representações do homem comum, à complexidade do universo social, à extensão do movimento, além dos ingredientes bibliográficos utilizados principalmente pelas camadas dominantes. Em relação ao segundo plano de suas apreciações, ou seja quanto à natureza da revolução, o autor afirma, que o termo “revolução”, não será o mais adequado para denominar os eventos ocorridos em 1817 (p. 286), uma vez que, nenhuma alteração ocorreu nas relações de produção. A manutenção da estrutura escravocrata era requisito básico para a afirmação das camadas dominantes. O máximo atingido foi “reforma a longo prazo, e não revolução” (p. 287). Após a repressão, o sistema pressionado pela inquietação reinante, procurava também liberalizar-se, “preconizando a abolição gradual e o recurso à imigração branca” (p. 287). Assim, o liberalismo emerge marcado pela convergência de interesses entre colonizadores e colonizados no que diz respeito à organização do trabalho.

Finalizando, lembra o autor, a atuação do imperialismo inglês que, na defesa de seu interesse, atua no sentido de evitar “transbordamentos e radicalismo revolucionários à época da Independência” (287).

Em linhas gerais e na essência, procuramos aqui retratar o conteúdo do volume: *O Nordeste 1817: estruturas e argumentos*.

Na verdade acreditamos que essa síntese, já é suficiente para mostrar a importância da contribuição do trabalho do Prof. Carlos Guilherme.

Entretanto, não podemos deixar de salientar, a utilidade da obra para o estudioso dos comportamentos sociais e mentais brasileiros. O livro abre novos horizontes e leva a um re-exame das idéias a esse respeito.

GLACYRA LAZZARI LEITE

*

* *

MOTA (Carlos Guilherme) (Organizado por). — 1822: *Dimensões*. Coleção "Debates" nº 67. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972, 487 pp.

A comemoração dos cento e cinquenta anos da Independência do Brasil proporcionou a publicação de dezenas de artigos, conferências e livros. É natural o fato, que a data devia ser festejada. Se se fizer exame dessa enorme produção que se diz historiográfica, no entanto, o resultado será desalentador, que pouco se produziu de interesse ou importância. É lamentável que a História seja invocada apenas nesses momentos, como se sua tarefa consistisse em marcar efemérides, com festas. Em centros adiantados, confere-se à História outro papel, como se vê na Inglaterra, nos Estados Unidos, na União Soviética, em que o historiador é ouvido como técnico que tem uma palavra a dizer, não como o orador que lembra o passado para glorificar o presente, em perspectiva ideológica de conteúdo pobre. O conceito comum que se tem de História no Brasil — que infelizmente não é só do povo, mas das autoridades, e, o que é pior, da maior parte dos que se chamam historiadores ou dirigem os cursos de História da Universidade, no equívoco do amadorismo que explica a fragil qualidade da historiografia nacional, na produção média — é que ela é o estudo do passado, como ornamento, erudição ou matéria a ser usada nos momentos de celebração. Perde-se assim o seu sentido, falseia-se a sua natureza e os resultados aí estão, na insuficiente categoria da quase totalidade do que se publica, que nada mais é que crônica ou discurso. Ainda é cedo para balanço do que representou o ano de 72 para esclarecimento do fato estudado — a Independência. Há muito a aparecer. Do que se conhece, há pouco de contribuição original, como pesquisa de fontes ou enfoque interpretativo.

É nesse quadro de edições que se deve colocar o livro organizado por Carlos Guilherme Mota (1822: *Dimensões* — Coleção Debates, nº 67 — São Paulo, Editora Perspectiva, 1972 — 487 p.). O que primeiro chama a atenção é que a coletânea não foi feita como comemoração por discursos, mas como estudo. De fato, as grandes datas, colocando problemas básicos, proporcionam análises, revisões e novidades que enriquecem o conhecimento que se tem de determinado episódio ou época. A melhor comemoração, pois, é o estudo crítico. Com essa preocupação é que o jovem historiador de São Paulo, que trabalha exatamente tal linha de indagações, como se vê com seus dois livros *Atitudes de inovação no Brasil e Nordeste 1817*, convocou alguns companheiros de ofício, brasileiros e

estrangeiros, para exame da Independência, em suas justas dimensões. Se o propósito era correto — o que conduz o leitor a expectativa favorável —, melhor se configura na breve introdução do organizador. Ve-se aí que a coletânea não é crônica ou oração apologética, mas estudo objetivo: “enquanto sociólogos, economistas e cientistas políticos se debatem no Brasil de hoje com a problemática da ‘dependência’, muitos historiadores continuam numa linha estreitamente formalista, aceitando a ‘independência’ como um fato que se esgota no dia de sua proclamação” (p. 10). Mais: “problemas complexos podem se apresentar, como o da necessidade de definição da sociedade colonial, cuja estruturação explicará o domínio das ‘persistências’, mais que o das mudanças no período subsequente” (p. 11), questionando a natureza da sociedade — se de classes ou estamentos, se estamental-escravista. Pretendendo “abordagem menos acadêmica” (p. 11), realça que “o caráter polêmico das notas visa suscitar o debate, objetivo primordial das análises presentes” (p. 12). A nota preliminar promete muito.

Passado à obra, percebe-se que ela é bem dividida em duas partes — Das dependências e Das independências. A imagem favorável vai sendo fortalecida. A leitura dos vários capítulos, porém, não confirma a expectativa. O leitor não se decepciona, em primeiro lugar pelo fato de que a coletânea foi feita realmente com critério, não é a crônica de glórias ou o endeusamento do presente pelo passado, como se vê na produção comum do gênero. Em segundo lugar, é que há sempre um certo nível, de investigação ou interpretação, que mostra que os autores não fazem História por amorismo. Entretanto, pelas premissas da nota introdutória, pelos nomes do organizador e dos colaboradores, era de esperar mais do que aparece, o que desaponta um pouco o leitor, que deve concluir que *1822: Dimensões* não é ainda o livro que a data exigia e seus autores poderiam dar. A falta, parece-nos, provem de que as colaborações — sobretudo na primeira parte — são resumos ou novas versões de textos apresentados, de modo que não há contribuição nova; por outro lado — sobretudo na segunda parte —, há muitas repetições, que tornam a leitura um tanto monótona. Para esclarecer a crítica, nada melhor que exemplos, entrando na análise, ainda que sumária, de algumas colaborações.

“Das dependências” apresenta certos capítulos em que os autores tratam de matéria que cultivam e sobre a qual já escreveram, às vezes até livros. É o caso, por exemplo, de Fernando Antônio Novais, Jacques Godechot e Frédéric Mauro. Ora, o tema já teve melhor tratamento em outros estudos dos mesmos autores: veja-se o de Fernando Antônio Novais, por exemplo, que abordou o assunto de modo mais rico pelo menos em dois outros locais; parece que o autor não quer mais dizer o que disse, o que pode esquematizar excessivamente a sua apresentação. O mesmo se pode notar de Godechot e Mauro. Godechot tem livro sobre o assunto que comprime em poucas páginas, que chegam a ficar quase dessoradas. Frédéric Mauro também não se entrega muito ao tema que fixou,

concluindo com a afirmativa discutível de que “a Independência do Brasil sobreveio num momento de euforia econômica” (p. 47). O texto de Carlos Guilherme Mota sobre “europeus no Brasil à época da Independência” já fora publicado: como artigo é ineligente e interessante, mas como capítulo de livro deixa a desejar, uma vez que há muito mais a ser dito sobre o assunto do que consta aqui, o que se explica pelo fato de o autor não ter intenção de “realizar um levantamento (...) de maneira sistemática” (p. 57). Mesmo sem esse levantamento, consigne-se que aspectos fundamentais do tema não são tratados. O longo capítulo de Emília Viotti da Costa sobre José Bonifácio também é interessante, como tudo que é da autora, mas não representa contribuição original. O historiador Joel Serrão comparece com um título que muito promete — Os remoinhos portugueses da Independência do Brasil —, mas pouco desenvolve seu material. O que há de melhor, pois, são os capítulos de Fernando Tomaz — português que escreve sobre “brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-22” —, pela pesquisa mais extensa e elaboração, e Maria Odila Silva Dias, com “a interiorização da Metrópole” (1808-53).

Já a segunda parte — Das Independências — estuda o problema nas diferentes áreas: Norte, Nordeste, Bahia, Goiás, Minas, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, apresentados por autoridades nos diferentes assuntos. O que se verifica é uma grande riqueza informativa, que faz deles fontes de consulta, de alcance variável. Como se dá nas obras do gênero, é impossível evitar repetições, uma vez que há muito de comum nas diferentes Províncias. Demais, pela natureza de apresentação que os autores deram, há longas passagens exclusivamente descritivas e que nem sempre são novidades, que o assunto se encontra em outras obras. Só o capítulo sobre o Nordeste, de Carlos Guilherme Mota, escapa a essa característica, pois não é reconstrução de episódios: aí o que se cogita é do processo. Em outros há passagens — em geral introdutórias — que fogem ao tom narrativo. O que explica o conjunto é o propósito de apresentar a independência em diferentes áreas: tem-se rico material informativo, mas não se poderia evitar certo acento monótono de repetição. Alguns se lançam a esboçar uma problemática (Zélia Cavalcanti, Sérgio Paulo Moreyra, Paulo de Sales Oliveira, Francisco Falcon), mas não a perseguiram, que a pesquisa não foi suficiente para dar material mais conclusivo.

Capítulo útil como referência para o estudioso é o que trata da “Historiografia, bibliografia, documentos”, de Giselda Mota. Tem-se aí um bom guia para quantos se interessam pelo assunto. Já Maria Odila Silva Dias iniciava o seu texto falando da historiografia (p. 161 e seguintes). Giselda Mota aprofunda a questão, mostrando as principais tendências da historiografia, com alguns comentários quase sempre exatos; continua com bibliografia longa e cuidada, concluindo com documentos. Não se podem deixar de lado algumas observações sobre o que apresenta. A propósito da contribuição de Caio Prado Junior, por exemplo, cujo valor com justeza enaltece, cita os livros pela edição que con-

sultou, sem sequer dizer o ano da primeira edição, o que é indispensável em roteiros do gênero (p. 382), que devem dar a linha evolutiva da interpretação. Demais, não concede o devido realce a *Evolução política do Brasil*: é certo que *Formação do Brasil contemporâneo* é mais importante, pelo quadro que dá — o mais completo até hoje sobre a época. Acontece que o livro é de 1942, quando Caio Prado Junior faz a estréia como historiador com *Evolução política do Brasil*, que é de 1933 e onde se contem um a análise admirável, apesar de breve, do que foi o processo da Independência. Muito do que se escreveu depois repete, no todo ou em parte, esse livro de um autor então jovem que relevava profunda capacidade de captar o essencial. Curioso é que Maria Odila Silva Dias, que tanto destaca a obra do historiador, nem faça referência a esse primeiro escrito: Se faz citação do livro *Evolução política do Brasil e outros estudos*, é do ensaio sobre “O Tamoio e a política dos Andradas na Independência do Brasil” (p. 161), que aparece em edição de 1963, em que o livro que nos interessa e para o qual chamamos a atenção é reeditado, com “outros estudos”. As duas autoras não tomam conhecimento do pequeno e lúcido livro de 33 (Giselda Mota dedica-lhe poucas linhas — p. 383-4 e 429 —, Maria Odila nem o refere), como também não o citam os outros colaboradores do volume, quando ele é tão decisivo para o tema. Será largamente repetido depois, em parte, como se vê em Raimundo Faoro ou Emília Viotti da Costa, cujos trabalhos são a todo momento citados ao longo da coletânea. Outra referência que se deseja fazer é que a autora da bibliografia faz comentários a alguns livros, deixando a maior parte em simples citação. Ora, entre os comentados, se alguns são realmente essenciais, há outros que não têm a mesma importância e merecem muitas linhas, como se fossem textos fundamentais, como se poderia demonstrar. Como em toda obra do gênero, pode-se apontar uma ou outra omissão: devia aparecer, por exemplo, a obra de Charles Webster — *Britain and the Independence of Latin America, 1812-30* (Londres, 2 volumes, 1938). São breves observações que em nada diminuem o enorme e valioso trabalho de Giselda Mota, que se apresenta ao público pela primeira vez e já revela amadurecimento, inteligência e probidade.

Antes de encerrar a nota, lembre-se que há assuntos fundamentais para o dimensionamento de 1822 que não foram tratados: entre outros, a situação econômica e financeira do Brasil então, bem como a de Portugal, que são objeto apenas de referências em capítulos como os de Fernando Antônio Novais e Frédéric Mauro, quando a matéria exigiria atenção especial. Ou a comparação do processo emancipador do Brasil e o das colônias espanholas, tão elucidativo do rumo que tomou depois a América Latina. A resposta de que encomprariam o volume é pobre, uma vez que poderiam substituir um ou dois textos cujos assuntos não têm igual relevo.

Em balanço final, queremos dizer que *1822: Dimensões* é livro útil para o estudioso, que o consulta com proveito. Saudamos nele, sobretudo, o fato de

ser dedicado à Independência, na data comemorativa, sem o acento ingênuo das inúmeras obras que se publicaram, em falso conceito do que seja História. Esta é uma obra de História, escrita com objetividade e crítica, não invocação ingênua. Se lhe fazemos tantos reparos é exatamente pelo que representa de exato e sério. O certo é que, pelo organizador e pelos colaboradores, por algumas premissas que se anunciam, ela promete mais que dá. Pretende ser revisionista, não-acadêmica, abridora de caminhos, quando só em raros momentos aflora essas notas. É livro útil, mas não é ainda o que se devia fazer para marcar a passagem do século e meio de independência. Como coletânea de estudos, faltou por certo aos autores tempo para pesquisas e reflexões que permitissem um passo mais expressivo do que é dado neste *1822: Dimensões*, mais um título à laboriosa e lúcida carreira de historiador de Carlos Guilherme Mota.

FRANCISCO IGLÉSIAS

*

* *

BROUÉ (Pierre). — *La Révolution Espagnole: 1931-1939*. Coleção "Questions d'Histoire" dirigida por Marc Ferro. Flammarion. 1973. 190 pp.

Sob o número 32 da coleção *Questions d'Histoire*, dirigida por Marc Ferro, Pierre Broué analisa a Revolução Espanhola, balizada cronologicamente entre 1931-1939.

A obra dividida em duas partes principais estuda: na primeira "os fatos" e na segunda "a documentação".

O objetivo central do trabalho está dirigido para o mesmo enfoque já tentado por Emile Témime no livro *La Revolution et la Guerre d'Espagne*. Ambos mostram este processo revolucionário como autônomo e não um capítulo anterior a Guerra Civil que por sua vez é geralmente surpreendida como prefácio da Segunda Grande Guerra. Broué se propõe a simplificar a análise de Témime caracterizando ainda mais a revolução com uma problemática elementar mas independente.

La Révolution Espagnole é um cuidadoso estudo demográfico que relaciona a repartição da terra e do poder com a insatisfação do operariado, dos camponeses e dos estudantes. O trabalho é desenvolvido ao nível do conceito "ação-consciente" apontada por Cesar Lourenço em seu estudo *Les Anarchistes Espagnols et le Pouvoir*. A conclusão reforça a proposta central de Broué, evidenciando a existência de um movimento trabalhista organizado, com partidos e sindicatos, atingindo as massas rurais, os milhões de operários miseráveis das cidades, das minas e dos campos.

Com uma bibliografia atualizada, o autor elaborou através de um bom método e de precisa conceituação, um trabalho de alto nível para a historiografia espanhola.

JOSE CARLOS SEBE BOM MEIHY

*

* *

FERNANDES (Florestan). — *A integração do Negro na sociedade de classes*. Dominus Editora. São Paulo, 2 vols. 655 págs., 1965. 1º Vol. “O legado da raça branca”. 2º Vol. “No limiar de uma nova era”.

A obra foi elaborada como tese para a cátedra de Sociologia I, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1964.

A proposição geral da obra estão descritas nas seguintes palavras do Autor (pág. XI — 1º vol.): “Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na História, trata-se de assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventamos a ele, através do negro e do mulato, porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil”.

O Autor realizou suas pesquisas nos anos de 1941-44 e 1949-51 contando com a colaboração do professor Roger Bastide e também de alunos seus na época. Serviram-se de documentos escritos (jornais, manifestos, depoimentos, questionários), gravações de entrevistas, procurando reter as situações psicológicas e sociais que envolveram a mobilidade dos indivíduos tanto “brancos” como “negros” no interior da sociedade de classes em formação.

A unidade geográfica onde se desenvolveram as pesquisas foi São Paulo que para o autor era a cidade onde o capitalismo desenvolveu-se mais nas suas características básicas e por outro lado onde o elemento negro ou mulato sofreu problemas de desajustes psicológicos e sociais mais graves, que retardaram a participação plena desses elementos nas relações da sociedade então existente. Conforme ele afirma (pág. XII — 1º Vol.):

“Assim, o estudo de São Paulo permitia apanhar melhor as conexões existentes entre a revolução burguesa, a desagregação do regime servil e a expulsão do “negro” do sistema de relações de produção. E abria perspectivas únicas para acompanhar as diversas etapas do doloroso drama do “negro”, da submersão na miséria e na degradação social até sua lenta revalorização pelo trabalho livre e sua incontida ânsia de “pertencer ao sistema”, dignificando-se civil e moralmente”.

O Autor teve como problemática principal o processo da diferenciação cultural, a marginalização do elemento de “cor”, as condições de “supremacia” social, econômica e política dos brancos. Como marco histórico inicial ele partiu da Abolição em 1888 e o desenvolvimento das relações de produção capitalistas sem entrar numa análise aprofundada do desenvolvimento capitalista em São Paulo, assim o Autor procurou observar como o elemento negro participou do processo histórico capitalista, assim a antiga idéia de que o negro foi aos poucos “caindo” numa miséria social profunda ganhou nas pesquisas um contorno nítido, pois ele coletou informações dos agentes brancos e negros do processo, observou as “avaliações”, “explicações” e “valores” que os mesmos atribuíam aos papéis sociais, direitos e condições de vida.

No trabalho o Autor procurou descrever e explicar como o negro participou e auto-avaliou-se na vida da cidade e como “via” e explicava as atitudes dos brancos no exercício dos papéis sociais. O problema do preconceito é sem dúvida psicologicamente mais doloroso para os negros, mas o autor reconstrói todos os aspectos do preconceito elaborado tanto pelos negros como pelos brancos. Sem ser a História do Negro em São Paulo num certo período, o Autor faz a análise sociológica de como um contingente “racial” durante muito tempo escravo e portanto dominado em todos aspectos pelo grupo dominante “branco”, após a Abolição não conseguiu desfrutar de igualdade de condições sócio-culturais para participar da sociedade capitalista emergente. O estudo mostra em diversas etapas que a diferenciação “racial” não se explica por juízos de valor como “quem é o culpado?”, pois a questão era saber qual a natureza das relações brancos e negros que permitiu a diferenciação social e psicológica, onde sem dúvida o elemento negro se desajustou.

O primeiro volume tem como título: (“O negro na emergência da sociedade de classes”) ou melhor “O legado da raça branca” dividido em 3 capítulos e partes a seguir:

- I. — O negro na emergência da sociedade de classes;
- II. — Pauperização e anomia social;
- III. — Heteronomia racial na sociedade de classes.

No primeiro capítulo o Autor abordou a hipótese de como a urbanização e a imigração “deslocaram” o negro para uma situação de marginal ao invés de absorve-lo como força de trabalho; em seguida como o “fazendeiro” e o “imigrante” ocuparam posições privilegiadas na sociedade burguesa que se formava e também os desajustes do “negro” diante das tendências acima referidas.

Na primeira parte do primeiro capítulo desenvolve-se a análise do problema que a imigração européia trouxe ao “desalojar” o elemento negro como força de trabalho em São Paulo ao contrário do que ocorreu por exemplo no Rio de Janeiro e Salvador, cidade-portos que absorveram a força de trabalho escravo ou “livre” em inúmeras atividades. A cidade de São Paulo no final do século

XIX e começo do XX passou absorver os imigrantes que passaram a ocupar todo tipo de trabalho assalariado existente ou mesmo a função de empresários. Essa parte do trabalho é apoiada em alguns recenseamentos feitos no século XIX onde embora não sejam precisos nota-se deslocamentos migratórios e profissionais na população “branca” e “negra” na cidade, além dos jornais e livros que observaram o processo de marginalização econômica e social do negro.

Na análise prossegue com os papéis que foram assumindo a burguesia rural em novas funções na cidade e parcialmente os imigrantes, desenvolvendo a descrição das barreiras sociais que isolavam a sociedade “branca” onde no seu interior havia mobilidade econômica, social e política, mas na população negra embora “livre” da escravidão não havia encontrado instituições que a integrassem na sociedade capitalista emergente.

No segundo capítulo “pauperização e anomia social”, o autor analisou a vida “marginal” do negro. Partindo da hipótese que a formação da sociedade capitalista e a expansão urbana da cidade foram dois processos históricos concomitantes, para o negro que ainda mantinha seus padrões culturais oriundos da ordem escravista intactos, não pode de imediato “integrar-se” ao processo que se formava na cidade e por outro lado os brancos mantiveram já na sociedade capitalista os padrões de grupo étnico dominante na sociedade escravista. Mas neste capítulo a análise aprofunda-se primeiramente na discussão da hipótese de que houve um movimento de “abandono” da cidade pelos negros incapazes de “competir” em qualquer aspecto com o elemento branco. Na verdade o elemento negro não estava abandonando a cidade, manteve até relativa estabilidade no seu contingente populacional o que houve foi o grande aumento do elemento branco, através das imigrações e deslocamentos do interior para a capital. Ao fim da análise a idéia de uma inferioridade natural do negro torna-se inconsistente, mas o processo de pauperização e miséria social ganhou um quadro mais preciso. Em seguida vem a análise das condições de vida que tinha o negro “marginalizado”. Continuando o argumento que o processo de urbanização e industrialização que se desenvolviam não foi aproveitado pelos negros devido ao seu precário padrão cultural leva o Autor a acrescentar novos aspectos dos problemas de marginalização: a difícil competição com o elemento profissional imigrante; a oferta por parte dos brancos de empregos de natureza “braçal” e de baixa remuneração que portanto dificultavam as condições de existência, à soma dessas situações acrescentou-se uma certa hostilidade por parte dos negros para não aceitar empregos “inferiores”; a razão disto está numa forte impulsão psicológica de ser reconhecido como “gente” em consequência como não podiam ficar sem nenhum tipo de renda, o caminho do “crime” e da “malandragem” eram seguidos proporcionando uma certa idéia de independência. Nesta parte o Autor descreve inúmeras histórias pessoais que apontam também os diferentes aspectos da desorganização do núcleo social básico: a família.

No terceiro capítulo intitulado “Heteronomia racial na sociedade de classes”, a perspectiva de análise voltou-se para os padrões de dominação étnica da população branca afirmando o autor que apesar da mudança estrutural das relações de produção com a Abolição, os mecanismos de dominação senhorial permaneceram na sociedade capitalista emergente. Embora não houvesse uma política segregacionista a dominação branca continuou, pois já dominavam posições-chaves da nova sociedade ao mesmo tempo que “marginalizava-se” a população negra. Por outro lado as manifestações de preconceito de cor e discriminação funcionaram como mecanismos de isolamento cultural. Posteriormente, na segunda parte, com o título “Os padrões tradicionalistas de relações raciais” desenvolve-se a análise das relações entre brancos e negros como diferentes setores da população branca avaliavam e avaliam os negros, o isolamento social, a negação de contatos, o tratamento “senhorial” persistente.

O segundo volume tem como título: “No limiar de uma nova era”, nele o autor no primeiro capítulo desenvolveu a análise da reação do meio negro à pobreza, marginalização, desorganização e às manifestações de preconceito e discriminação parcialmente desenvolvidas no primeiro volume e que voltaram a ser discutidas no segundo volume com outras hipóteses explicativas. Os movimentos sociais desenvolveram-se nas décadas de 1920, 30 e 40 (nas décadas posteriores formaram-se outras associações culturais e beneficentes embora diminuíssem o caráter explicitamente político anterior). O autor sublinha que esses movimentos tinham certas relações com as crises da economia agrária-exportadora e estrutura sócio-política rural dominante frente ao processo de contestação política das classes-médias urbanas e a expansão do setor industrial. Mas tinham um caráter específico de luta pela ascensão do elemento negro, de esclarecimento da sua situação de marginal, da natureza das relações com o elemento branco e a necessidade de desenvolver formas culturais para eliminar os problemas e integrar os negros na sociedade global. Os jornais, as associações, suas idéias e seus líderes são descritos e analisados embora não haja uma análise profunda dos programas e das idéias desenvolvidas nessas entidades. O autor revela os projetos de luta dos diferentes movimentos negros daquelas décadas: a eliminação do “conformismo” e “apatia” dos negros frente à desorganização social e econômica, a crítica à falta de solidariedade social entre os negros, a crítica às diferentes formas de “diferenciação” social entre os negros; a tentativa de união para troca de opiniões e experiências, assistência social e educacional, realização de debates e conferências, contatos culturais e artísticos. Sobre os movimentos sociais, o Autor descreve mais longamente a atividade da associação “Frente Negra Brasileira” que existiu de 1931 a 1937, organizada por combativos líderes negros e mulatos. Sobre ela há informações sobre os dirigentes, o jornal publicado “A voz da raça” e trechos dos seus estatutos e programa de ação. O autor relaciona alguns objetivos da Frente:

— absorver da sociedade “branca” determinados padrões de comportamento e personalidade, por exemplo a liderança de uma família, o desejo de mobilidade social vertical;

— reação aos mecanismos psicológicos de “passividade” e “acomodação” frente ao domínio social dos brancos;

— crítica ostensiva a qualquer manifestação de “preconceito de cor” procurando orientar seus associados;

— preparar o negro para enfrentar tensões e conflitos nos contatos sociais e raciais com os brancos;

— a tentativa de “esclarecer” o branco da existência de situações psicológicas e sociais que impediam a plena participação dos negros na sociedade global.

O Autor conclui sobre a participação da Frente:

“Ela precipitou atitudes e comportamentos que, de outro modo, não eclodiriam na cena histórica. Contribuiu especificamente para modificar o padrão de reação do negro aos mecanismos existentes de ordenação social das relações raciais. Por fim, construiu uma estratégia direta de combate confinado ao “preconceito de cor”, que permitia lançar mão da violência disciplinada sem maiores riscos, convertendo o conflito em arma criadora, como arma, digo, instrumento da integração social”.

Em outra parte o autor desenvolve a formação de uma “contra-ideologia” negra frente à ideologia racial tradicionalista partindo de tres constatações:

1. — no mais evidente e superficial ela negava a eficácia para o “negro” da ordem legal estabelecida. A liberdade e a igualdade, conquistadas após a Abolição e a República, seriam meralmente formais e inúteis;

2. — o caráter da filosofia e política oficial de “democracia racial” corresponderia com a dominação racial tradicionalista;

3. — desmascaramento dos simbolos e valores históricos originados pelos brancos sobre a “abolição” dos escravos e a “democracia” racial.

No segundo capítulo “Impulsões igualitárias de integração social” o Autor retoma a sua conclusão sobre o malogro dos movimentos sociais no seu principal objetivo de quebrar os mecanismos “raciais” que impediam a absorção dos negros, embora tivesse havido uma grande mobilização dos negros.

Mas a partir da Segunda Guerra Mundial o processo industrial abria novas perspectivas de absorção dos negros, embora boa parte dos empregos ainda fossem de carater “braçal”, seja nas fábricas, repartições públicas e empregos domésticos. Desta forma a luta do negro por sua ascensão de certa forma “individualizou-se na nova conjuntura da sociedade global, levando o negro a uma disputa mais intensa das oportunidades e inevitavelmente romper boa parte do seu isolamento e passividade e percebendo melhor a natureza das dis-

criminações e preconceitos existentes, assim o Autor se propôs a análise de 3 objetivos:

1º). — Como a nova conjuntura de após-guerra refletiu-se na composição racial e na estratificação racial e na estratificação sócio-econômica da população paulistana;

2º). — Os efeitos da mobilidade social-verticaI no “meio negro”;

3º). — Natureza e função social das impulsões “igualitárias” entre negros e a sociedade global.

Na primeira parte intitulada “Cor e estratificação social” foi analisada a persistência por parte dos brancos de identificar a “cor” com a posição social “baixa” e a partir daí uma série de avaliações distorcidas. Embora o autor tivesse constatado através de estatísticas a ocupação profissional do elemento negro estar bastante correspondente com trabalho braçal de baixa renda.

Na segunda parte intitulada “A ascensão social do negro e do mulato” o Autor se propôs o estudo do processo de ascensão social verificando os seguintes aspectos:

1º). — estímulos psicológicos e condições materiais da ascensão social do negro;

2º). — obstáculos e discriminações à ascensão;

3º). — “técnicas” de ascensão social ou de consolidação do *status*, exploradas pelo negro e pelo mulato (conforme expressão do Autor).

4º). — consequências psicológicas e sociais dos negros no processo de ascensão.

O Autor após apresentar descrições de vários casos pessoais sobre a mobilidade social chega a conclusões como a ascensão pelo menos até o ano da pesquisa (1951) ficou restringida aos poucos elementos que atingiram a condição de proletários e em menor número as camadas “médias”, observou a persistência de “timidez” e vida material bastante precária como obstáculos psico-sociais à ascensão e ao final concluiu que as manifestações de preconceito não se modificaram com a ascensão pelo contrário criaram muitas dificuldades de ascensão.

Na última parte deste capítulo o Autor discute a “natureza e função das impulsões igualitárias”. Nesta parte o Autor afirma que nos processos de classificação e ascensão social dos negros era necessário a “absorção regular de padrões de comportamento, de valores sociais e de modelos de organização da personalidade da ordem social competitiva” (palavras do Autor) e como esses mesmos processo respondiam a duas orientações sociais simultâneas, a primeira seria a requisição da sociedade capitalista para a participação do elemento de cor, ou como força de trabalho ou consumidor de bens, a segunda orientação seria o desejo do negro de integrar-se na sociedade e não mais ficar isolado.

O último capítulo intitulado: “O problema do negro na sociedade de classes”, nele o autor se propôs analisar aspectos da reação do negro às “tensões raciais” como exemplo a reação ao preconceito de cor e também aspectos do que ele denominou o “dilema racial brasileiro”. A tendência dos brancos de identificar o elemento negro com posição social inferior atuava mesmo para aqueles que atingiam posições de “classe média” através da renda, profissão, título universitário. Portanto era e ainda é necessário eliminar esse tipo de avaliação para se obter melhor aproveitamento, digo, ajustamento dos negros à sociedade capitalista.

Nas conclusões constata que não houve coerência entre o sistema de relações raciais e o desenvolvimento da “ordem social competitiva”, ou seja apesar das mudanças do capitalismo em São Paulo os contatos raciais não tiveram grandes alterações, vai mais adiante quando afirma: “Graças ao estilo de sua manifestação e ao tipo de reação societária que estimulam na sociedade global, as tensões raciais antes atuam no sentido de dar continuidade e de fortalecer a desigualdade racial, que na direção oposta, de incrementar a equiparação sócio-econômica e cultural do “negro” em face do “branco”.

Na segunda parte deste capítulo o Autor discute alguns aspectos do “dilema racial brasileiro” desenvolve uma rápida trajetória do contato entre brancos e negros, onde após a “desagregação do regime de castas” e “estamental” não alterou os “mecanismos de dominação racial tradicionais”, permanecendo a concentração racial da renda, o prestígio social e o poder político no domínio dos brancos. E o negro poderia reagir? Não, pois a falta de vida social integrada já na escravidão agravaram-se após a Abolição e combinando-se com os mecanismos de dominação branca, o “negro” encontrou vários obstáculos para sua integração na sociedade capitalista que formou-se. O Autor afirma que no ele considera a “1a. fase da revolução burguesa” (da Abolição até 1940) a população branca nativa e os imigrantes dominaram as posições-chaves da sociedade e o negro ficou marginal e num amplo processo de desorganização social. Na 2a. fase, o intenso processo de industrialização e urbanização, com incentivos do período de transformações do Estado Novo e da II Grande Guerra, combinando-se com o declínio da imigração possibilitou uma relativa oportunidade quanto às possibilidades de emprego (sem que mudassem as avaliações discriminativas por parte do elemento branco). Nessa fase o negro “proletarizou-se” ou em casos isolados atingiu a classe média, mas entrou finalmente na “sociedade de classes” mas os “padrões de desigualdade racial” estavam longe de ser superados, pois os mecanismos de preconceito de cor, atuaram como elemento diluidor das conquistas já realizadas. É interessante também a conclusão do Autor sobre o declínio dos movimentos sociais negros na 2a. fase da revolução burguesa, embora estes foram extremamente úteis como agitadores das contradições entre “democracia liberal” e “dominação/exclusão racial” que existiam os negros passaram a “individualizar” o seu protesto contra a discriminação e

mais até acharam “perigoso” pertencer a determinados movimentos que tinham um programa de luta bem definido contra as discriminações. Assim o Autor configura o dilema racial brasileiro:

“Delineia-se claramente, assim, o dilema racial brasileiro. Visto em termos de uma das comunidades industriais em que o regime de classes sociais se desenvolveu de modo mais intenso e homogêneo no Brasil, ele se caracteriza pela forma fragmentária, unilateral e incompleta com que esse regime consegue abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais. Estas não são totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes. Mas sobrepõe-se a elas, mesmo onde e quando as contrariam, como se o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos para absorve-las e regula-las socialmente.

Ao final o Autor indica a necessidade dos negros reforçarem suas críticas e lutarem por soluções através dos movimentos sociais, além desse aspecto aponta também a necessidade de uma iniciativa governamental de praticar uma política de “democracia racial” orientando brancos e negros na plena participação das oportunidades sociais existentes. Se as duas indicações não ocorressem a situação de “desigualdade racial” iria permanecer, os elementos negros, negros em poucos casos e de forma espontânea teriam uma relativa ascensão, mas as avaliações errôneas do contato racial iriam permanecer de parte a parte.

JOSE ROBERTO CLAUDINO

*

* * *

JOHNSON (Allen W.). — *Sharecroppers of the Sertão. (Economics and Dependence on a Brazilian Plantation)*. Stanford, Stanford University Press, 1971. 140 páginas + 18 tabelas.

Mais uma vez, o interesse dos estudiosos norte-americanos resulta numa obra elucidativa da paisagem social brasileira. O trabalho de Allen Johnson, Professor Assistente na Universidade de Colúmbia, aborda com seriedade um tema omissos em nossas obras de pesquisa antropológica: o *modus vivendi* dos camponeses no tórrido *habitat* sertanejo.

O exaustivo trabalho de campo desenvolvido no interior de uma fazenda cearense teve como propósito medir e delinear os contornos das atividades de subsistência numa realidade específica e confronta-las com outras realidades semelhantes. Tres questões centradas em torno dessa problemática geral permitiram ao autor consubstanciar empiricamente sua pesquisa:

— a repercussão das condições ecológicas sobre a forças de trabalho e a conceituação que a última atribui àquelas;

— a caracterização da força de trabalho em termos de motivação e habilidade;

— a interação entre o camponês e o meio ambiente.

Johnson também aventa questões metodológicas primordiais à elaboração e compreensão de obras dessa natureza. Destaca a necessidade de especificação e quantificação capazes de permitir a correlação com os demais dados, e oscila quanto à viabilidade de utilizar categorias elaboradas pelos moradores quanto ao meio e as categorias elaboradas por ele próprio, investigador, a partir de seu instrumental de conceitos.

A obra aponta a flexibilidade da metodologia empregada. Em sua parte inicial, o estudioso, caracterizando o meio ambiente, opta por uma abordagem diacrônica sintetizada, mas importante para as inferências posteriores que os dados recolhidos lhe sugerem. Estabelece a infra-estrutura do meio, registra os modelos de fixação e mobilidade demográficas da área. Em seguida, à luz da realidade apreendida *in loco*, sumariza o comportamento econômico de Boa Ventura tendo como referenciais a terra, o tipo de plantio, as técnicas agrícolas e os lucros. Mediante uma árdua e minuciosa constatação, cuja aridez é amenizada por uma linguagem sóbria, pode Johnson auferir conclusões importantes: “Uma intenção básica de minha discussão tem sido mostrar que os trabalhadores de Boa Ventura são obrigados a tomar muitas decisões importantes durante o ano; e que tais decisões não são orientadas por fórmulas culturais fáceis, mas devem ser feitas de acordo com a compreensão particular e as circunstâncias de um dado morador” (p. 69). Sob tais palavras, esconde-se um fato indiscutível: a urgência de reavaliarmos o juízo sobre o tradicionalismo dos métodos e modelos do agricultor sertanejo mediante um exato enfoque de todos os fatores que o afetam.

Finalmente, o autor fixa os aspectos não-agrícolas da economia de subsistência. Questionando “quais aspectos do sistema social se relacionam com as atividades de subsistência”, cataloga os tipos de trabalhadores da área e mede suas relações horizontais e verticais num estágio que, segundo o autor, se ambivale entre laços capitalistas e laços pessoais de permuta.

O cuidado da pesquisa é arrematado por um índice de assuntos e um glossário, cuja utilidade não se restringe apenas ao leitor estrangeiro, como pode parecer. A bibliografia reclamaria talvez um maior número de obras nacionais, capazes de oferecer a Johnson se não uma visão específica do ambiente nordestino, ao menos a possibilidade de entendê-lo inserido no quadro amplo de nossa economia, que por vezes escapa ao investigador estrangeiro.

Em seu conjunto, o presente estudo preenche as formulações a que se propôs responder, de um modo claro e preciso, fruto da acuidade de seu autor. Qualidade suficiente para que se recomende a sua leitura.

ROSA MARIA GODOY SILVEIRA

*

* *

CARONE (Edgard). — *A República Velha (evolução Política)*. Coleção “Corpo e Alma do Brasil”. Editora Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1971.

Edgard Carone se especializou no estudo das idéias e fatos políticos do Brasil contemporâneo, tendo publicado vários artigos e análises críticas sobre a bibliografia a este respeito. Escreveu vários livros; e seu enfoque é a procura de um panorama onde se permita compreender os fatos, especialmente aqueles que trouxeram “os abalos intermitentes do regime”, deixando ao leitor a impressão marcante de que em torno dessas questões políticas se reorganizava, paulatina mas persistentemente, o equilíbrio entre civis e militares, entre o exército e a marinha, entre a pequena burguesia urbana e a burguesia agrária e mercantil. O alinhamento político não correspondeu, naturalmente, a um padrão imediato de relações entre as classes. A história se faz contraditoriamente e a análise mostra que é por intermédio da ação concreta de grupos e pessoas que a história revela os antagonismos supostos pelos condicionamentos estruturais.

Na obra em estudo, Carone nos mostra a ação dos grupos políticos sociais que contribuíram para a proclamação da República, sua atividade no Governo Provisório, buscando lideranças, até a eleição do governo constitucional. Assim é que merece destaque a análise feita sobre a República nos Estados, em que o autor demonstra sua instalação de maneira pacífica, para logo após desencadear-se um processo violento, em que o plano estadual e federal influenciam-se mutuamente. As lideranças ex-monarquistas, republicanos e militares agem desordenadamente, prendendo-se mais a interesses partidários do que a ideologia. As lutas vão até o governo de Prudente de Moraes.

Importante resaltar que o autor demonstra estar o problema da oligarquia intrinsecamente ligado à existência do coronelismo. “Um oligarca é igual a um coronel”, mas, entre eles, a diferença é de escala política. O coronel é o chefe local, o oligarca transpõe o seu poder para o Estado. Porém, o conceito de oligarquia acaba estendendo-se, de maneira pouco precisa, para todas as formas de domínio, tanto no plano estadual, como no municipal.

Em a *A República Velha (evolução Política)*, a tônica que deve permanecer aos estudiosos da história é que a permanência no poder é o elemento primeiro do fenômeno. Porém, para nós, também é fundamental a indagação sobre a forma ou formas com que se mantém esta estrutura de poder.

BETRALDA LOPES

*

* *

PEREIRA (Luiz). — *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo. 1971.

Sob esse título, Luiz Pereira reúne dez artigos, que de acordo com sua própria apresentação podem ser agrupados em quatro partes. A primeira analisando as transformações ocorridas no sistema capitalista internacional e as consequentes na sociedade brasileira, encontradas no “Capitalismo Atual: Centro e Periferia”, “Capitalismo “Autônomo” e “Associado”: Duas fases do Brasil Contemporâneo” e “Pentagonismo, Substituto do Imperialismo? — Uma tese vista do Brasil”. A segunda parte é formada de estudos sobre pesquisas relativas ao sistema de classes brasileira composta dos seguintes artigos: “Notas para o Estudo do Sistema de Classes Regional”, “A Qualificação do Operário na Empresa Industrial”, “Mulher e Trabalho” e “Populações Marginais”. A terceira que busca uma associação entre desenvolvimento brasileiro e educação escolar em “Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro” e “Nota Crítica sobre o Pensamento Pedagógico Brasileiro”. A quarta e última parte, sob o título de “Florestan Fernandes e a Sociologia no Brasil”, ao mesmo tempo que rende homenagem ao sociólogo através da resenha de dois de seus livros, tem o objetivo de reiterar a importância da Sociologia, através de uma perspectiva histórica e também como uma ciência teórica de aplicação prática.

Apesar de, a primeira vista o livro nos parecer fragmentado dados os vários temas de que ele trata, verificar-se-á que todo ele faz parte de uma reflexão global do autor em termos de sua produção intelectual. Vemos do começo ao fim do livro uma análise consciente e globalizadora do capitalismo dentro do qual o Brasil se insere, e desta forma, através da vinculação da teoria do desenvolvimento histórico, com os estudos sociológicos que abrangem teoria e prática (estudos de verificação), os reflexos desta posição brasileira em todos os ramos de sua sociedade, como se verá nos estudos de classes sociais e de educação.

Para Luiz Pereira, o capitalismo deve ser visto como um todo composto de relações de dominação e subordinação, o que leva ao desenvolvimento ou subdesenvolvimento entre as partes que o compõe. Demonstra, por exemplo, como a planificação ocorre tanto nas áreas centrais como nas periféricas, em função das transformações do capitalismo internacional como instrumento de reprodução do capital e atendimento das classes dirigentes. Ao se atingir esta fase, para o autor estaria completada as fases de desenvolvimento do capitalismo por etapas; do Mercantilismo ao Concorrencial ou Liberal, para a fase de planificação correspondente ao Capitalismo Monopolista ou Neocapitalista.

A ênfase central de toda a obra está no fato de que a consolidação desta etapa do Capitalismo monopolista nos sistemas periféricos é que os leva a conjugarem seu desenvolvimento ao externo, ou em suas próprias palavras, conduzindo-os “ao desenvolvimento econômico associado ou satelizado desses subsis-

temas periféricos ao dos subsistemas centrais”. A conclusão da análise é que este fato conduz à perda da autonomia da Nação-Estado em formação já que é o próprio Estado periférico o condutor deste processo. Enquanto, por outro lado, o capitalismo monopolista acaba fundindo os subsistemas centrais a um super-centro hegemônico atualmente representado pelos Estados Unidos.

É deste ponto de vista que ele analisa o caso brasileiro, de acordo com o que ele considera seus dois grandes momentos. O primeiro com a Revolução de 1930, que teria tentado um tipo de desenvolvimento autônomo voltado para dentro. Demonstra depois como isso não foi possível dadas as próprias relações internas estabelecidas a partir do fato de sua condição de país periférico e daí o segundo momento com a contra revolução de 1964, com a resolução do impasse, quando os grupos em jogo optam pelo “ultrapassamento dos obstáculos internos e externos a esse processo porem numa inequívoca orientação conducente à constituição de um “sócio menor” e economicamente próspero, dos subsistemas dominantes do sistema capitalista internacional”. Para o autor, o estado atual do Brasil pode ser descrito como um contraste entre relativo sufocamento ou retardamento do país em vista de sua própria situação e do outro a vitalização das necessidades de consumo espalhadas pela população brasileira de uma forma geral, dada a dominação dos núcleos urbanizados sobre os rurais.

Dentro do mesmo esquema explicativo, Luiz Pereira critica a análise feita por Juan Bosch sobre “pentagonismo” em substituição do imperialismo, reiterando sua posição de que houve um desvirtuamento do modelo da democracia liberal quando os militares assumiram funções políticas dada a conjuntura mundial de competição após a socialização de parte do mundo e dada a ameaça de socialização do mundo subdesenvolvido. O problema seria então o de manutenção de áreas de dominação política e econômica objetivando a reprodução do capital e a manutenção das relações de centro e periferia do capitalismo internacional. Sua análise deste item, vista do ponto de vista do Brasil, exemplifica a ação política e intervencionista do desenvolvimento associado. Demonstra como e porque não foi possível a concretização da chamada “política externa independente” do governo João Goulart, e como a opção do “desenvolvimento associado” após 1964 levou o país a atitudes como o envio de tropas à República Dominicana e à aceitação da proposta de formação da Fôrça Interamericana da Paz.

Esse esquema explicativo global, desce ao particular da nossa sociedade ao analisar as classes sociais no Brasil. Vemos reiterada sua posição quando estuda classes sociais regionais como resultantes do desenvolvimento fracionado do Brasil, o que leva à formação de áreas internas de dominação (centro) e de subordinação (periferia), à exemplo do sistema capitalista internacional, formando sistemas de classes regionais diferentes que sofrem tanto reflexos positivos quanto negativos dos impulsos das áreas centrais. Ou em outras palavras, este sistema global para o autor, forma um elo nacional de dependência onde a

região mais atrasada é receptora de estímulos ou desestímulos e portanto torna-se dependente. Do que decorre o fato de que dado o tipo específico da formação social brasileira, as classes hegemônicas regionais se integram mais ao sistema global do que as classes inferiores, o que não impede a formação de classes sociais regionais, dado o desnivelamento encontrado por região. À tudo isto, Luiz Pereira vincula o fato de que tanto a noção de região como a situação empírica de classe referem-se à formação capitalista “periférica” brasileira, que levou ao desenvolvimento desigual de suas partes.

Esmiuçando mais a problemática social brasileira, sua análise abrangente e sua pesquisa operacional ficam evidentes no estudos sobre qualificação dos operários, os problemas das populações marginais e a posição da mulher frente ao trabalho. No estudo, o problema da qualificação operária liga-se às novas necessidades da sociedade urbana-industrial capitalista em formação no Brasil, e que se liga indissolavelmente à problemas como êxodo rural, urbanização e formação das populações marginais. Isto, quando o autor demonstra que a maior parte destas populações chamadas marginais, por não poderem ser utilizadas adequadamente no sistema produtivo, ficam à margem do sistema. O fato ocorre na medida em que as novas condições da industrialização demandam mão-de-obra qualificada e não as encontra porque estas populações estão abaixo do limite destas necessidades e assim “se ligam instavelmente no sistema econômico capitalista “periférico” competindo entre si para atingirem tal limite porque esse sistema prescinde de boa parte desse contingente populacional, embora não de todo”. Por outro lado, quanto à posição da mulher, sua análise nos permite perceber que sua ascensão gradativa em níveis profissionais, resulta mais uma vez da transformação da sociedade brasileira que levaria a um estágio superior representado por uma menor diferenciação do trabalho tendo como referência o sexo, situação que se verifica em sociedades desenvolvidas.

Luiz Pereira retoma sua tese central de desenvolvimento central e periférico no interior da sociedade brasileira quanto ao desenvolvimento nacional, ao estudar o problema educacional, referente ao ensino primário e ao sistema pedagógico de uma forma geral. Na primeira parte demonstra que o ensino primário se revela como um problema social na medida que ele funciona basicamente como um agente urbanizador. Sua análise teórica e operacional feita para o Estado de São Paulo vai se comprovar verdadeira também, para o Brasil. Ele descobre a relação entre os métodos utilizados no ensino e os componentes psico-sociais do corpo docente, ou seja, sua função homogenizadora como agentes de urbanização em confronto com a realidade rural do corpo discente e das comunidades rurais onde este ensino é aplicado que leva à resistência ao estudo caracterizado pelas repetências e pela evasão escolar. Haveria então um choque de forças urbanas com as condições não-urbanas das comunidades rurais ou semi-rurais onde este ensino é aplicado. Diz o autor que esta, entretanto, é uma tendência geral do desenvolvimento da comunidade brasileira, no sentido

de torna-la um só padrão, o da urbanização em todos os setores da vida nacional. Mais uma vez vemos então os reflexos entre os núcleos centrais e periféricos da sociedade brasileira e para ele a solução do impasse seria uma reestruturação do sistema escolar urbano a par com uma modificação das forças que regem grandes setores da nossa população na zona rural. Aliás este debate é por ele reiterado quando discute o pensamento pedagógico brasileiro. A ligação que é feita entre o sistema pedagógico e esta deficiência não só do ensino primário, mas do ensino em geral, é que para os educadores, condutores do processo; o lema geral seria “educação para o desenvolvimento”. É aí que ele revela a posição e a importância dos sociólogos ao salientarem a necessidade de mudança das estruturas extra-escolares e extra-pedagógicas que levariam a uma nova estruturação das relações dinâmicas entre sociedade e escola. Em outras palavras, para ele o sociólogo, em sua atividade teórica e prática, apontaria onde deveria haver interferência na realidade que levaria a uma mudança estrutural e daí a melhoria no ensino, e não o raciocínio contrário. A solução para ele seria a interação entre educadores e sociólogos na resolução do problema.

Fica para nós do livro uma série de conclusões sobre o pensamento e a obra intelectual de Luiz Pereira. Primeiro, que estes estudos que o compõe fazem parte de uma obra maior e de uma preocupação sempre presentes no autor, representadas por uma série de outros livros muito conhecidos como *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e Desenvolvimento, Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* e vários outros (*). Segundo, que a reflexão do autor é global, partindo do sistema capitalista internacional nos seus centros de decisão e impulsos para os que ele chama de periféricos analisando aqui seus reflexos, ou seja, as determinantes externas e a consequente formação interna, no nosso caso, da sociedade brasileira, que ele analisa sob o conceito de “capitalismo associado”. Terceiro, sua preocupação de reconstrução histórica e da verificação empírica para tornar a sociologia uma ciência concreta e atuante. Quarto, junto com sua teoria globalizadora, dá-se o surgimento de um elemento muito importante de sua análise, que é a dos “homens comuns”, que para ele em todos os momentos da vida nacional, são os condutores do processo histórico. Quinto, seu esforço em fazer uma sociologia brasileira ao analisar os principais problemas que afetam nossa sociedade e ao se colocar numa posição atuante e dinâmica ao propor soluções, como conclusão das análises teóricas.

(*) — Pereira (Luiz), *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1970; *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1969; *Trabalho e Desenvolvimento*. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1965.

CÉLIA C. BELEM

* * *

DEAN (Warren). — *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1971. 229 págs. Coleção “Corpo e Alma do Brasil”, volume 33.

Produto de uma minuciosa e pormenorizada investigação, baseada em grande parte em fontes primárias, o livro de Warren Dean revela também invulgar capacidade de síntese.

A obra desperta interesse não só pela seriedade com que o assunto é tratado, mas pelo fato do autor levantar novas hipóteses sobre alguns dos momentos da gênese e desenvolvimento das indústrias paulistas.

O trabalho focaliza três aspectos relacionados e consequentes do papel empresarial. Nas duas primeiras partes o empresariado industrial é estudado como grupo, primeiro como burguesia que surge das elites existentes e novas, depois como a nova elite que principia a fazer suas próprias exigências à sociedade e entra inevitavelmente em conflito com outros setores econômicos. E na terceira parte estes conflitos vão ser estudados.

1ª parte: 1880-1914. Inicialmente, o autor deixa bem clara a dependência da industrialização com relação ao comércio do café, isto é, as atividades cafeeiras como base do crescimento industrial.

Nesta primeira parte são investigadas as origens econômicas e sociais dos industriais paulistas. A importação é dada como matriz econômica da indústria. W. Dean mostra a posição estratégica do importador na estrutura do comércio: acesso ao crédito, conhecimento do mercado, canais para a distribuição do produto acabado; daí partindo para o financiamento industrial.

A origem social é dupla. De um lado, os fazendeiros de café que, não raro, já estavam ligados à exportação, importação e atividades bancárias, passam ainda a diversificar suas atividades através da indústria. Um dos objetivos desses empreendimentos manufatureiros era o de tornar mais lucrativas as propriedades rurais. A quase totalidade do empresariado brasileiro veio, segundo o autor, das elites rurais. Por outro lado, apresenta o papel importante dos imigrantes na gênese das atividades manufatureiras em São Paulo. O imigrante que se torna empresário é, em geral, de origem urbana, de classe média, com instrução técnica ou, pelo menos, alguma prática de comércio ou manufatura. É possuidor, em muitos casos, de um pequeno capital. Warren Dean enriquece sua análise do período com estudos biográficos de inúmeros industriais-imigrantes.

A pressão das elites dirigentes se realiza através de uma implícita aceitação, por parte dos industriais, do domínio dos proprietários rurais em assuntos políticos e econômicos. Os contactos sociais, através de casamentos, vão atenuando a hostilidade entre a elite nativa e os empresários-imigrantes.

2ª parte: 1914-1929. Relaciona o crescimento da indústria com a circunstância histórica e a estrutura dos negócios. Discorda da análise de Simonsen (aceita por Caio Prado Júnior, Nícia Vilela Luz e Fernando Henrique Cardoso) quando este afirma que a guerra acelerou o desenvolvimento industrial, dando-lhe um “impulso adicional” e provocando diversificação na produção industrial. Através de longa manipulação de quadros estatísticos, conclui que o grande avanço no setor industrial paulista ocorreu no período 1907-1913 e que se a primeira guerra mundial provocou um aumento de procura de manufaturados nacionais, não houve possibilidade de satisfazer a esta procura dada a dificuldade de ampliar a capacidade produtiva.

Após a expansão ocorrida no período 1900-1920, ocorre nos vinte anos seguintes um decréscimo no ritmo de desenvolvimento. O autor analisa as diversas causas desse fenômeno e lança a hipótese de que este retardamento seria devido ao fato de o café já não estimular a manufatura com a mesma intensidade dos anos anteriores. Localiza em meados de 1920 o início da auto-consciência do grupo manufatureiro: “começam a pensar em função dos interesses de grupo em oposição aos interesses dos outros — os fazendeiros, os importadores, a classe média”. Julga mesmo que, embora bastante limitadas essas primeiras manifestações, já se esboça, neste momento, uma ideologia explícita do industrialismo.

3ª parte. Nela são estudados os conflitos entre os empresários industriais, a Sociedade e o Estado. O autor analisa o comportamento do industrial em relação aos operários, à classe média, aos consumidores em geral, no período entre as duas guerras. Nas relações patrão-operário tanto podia se encontrar uma atitude de indiferença como de paternalismo e mesmo um certo behaviorismo. As reivindicações dos operários (começam a surgir movimentos previstos, sendo muito importantes as greves gerais de 1917 e 1919) são, via de regra, resolvidas com o auxílio da polícia.

O governo liberal que se instala após a revolução de 30 não recebeu o apoio dos industriais. Neste período, o governo vai tentar resolver os problemas sociais e a estagnação econômica. Aos operários é oferecida substancial legislação trabalhista, que não era posta em vigor com muita severidade e que continha sempre uma brecha para possíveis burlas. Os industriais e agricultores ora recebiam medidas econômicas que os beneficiavam, ora medidas prejudiciais aos seus interesses. E a crise econômica não saía do impasse.

Os industriais só conseguem um amparo importante durante o Estado Novo. Ao abandonar o liberalismo econômico e político, Vargas dá um grande avanço no setor industrial, desenvolvendo o intervencionismo do Estado na área industrial. A instâncias dos setores nacionalistas do Exército, inaugura a infra-estrutura da indústria no Brasil, com a construção do parque siderúrgico de Volta Redonda.

A segunda guerra mundial encontrou um grande dinamismo na indústria brasileira. Houve estreita cooperação, neste momento, entre Brasil e Estados Unidos (Missão Morris L. Cooke): Mas, acrescenta W. Dean, “como a anterior, a segunda guerra mundial causou enormes dificuldades à indústria paulista. Pode ser, todavia, que a escassez e as paralizações comuns em tempo de guerra, surtissesem, no segundo caso, os efeitos salutares amiude atribuídos ao primeiro”. Para o após-guerra, Simonsen tenta agitar a opinião pública com um plano de desenvolvimento industrial. Entretanto, ao aproximar-se o fim da guerra, o Estado Novo foi perdendo seu apôio e, pouco depois, em outubro de 1945, os militares depuseram Getúlio Vargas.

SOLANGE DEBRUN

*
* * *

RACHET (Guy). — *La tragédie grecque. Origine — Histoire — Développement.* “Bibliothèque Historique”. Payot, Paris. 1973. 285 pp. 39, 40 F ttc.

Acaba de ser publica na Coleção “Bibliothèque Historique” da editora Payot, de Paris, uma obra de Guy Rachtet intitulada *La tragédie grecque*.

Não é provavelmente por mero acaso que a tragédia grega volta a ter atualmente um grande interesse. Os melhores dramaturgos e cineastas modernos encontram nelas uma vigorosa fonte de inspiração. Como podemos explicar esse fenômeno? Como explicar que essas obras literárias criadas a vinte e cinco séculos e por homens animados pelas suas próprias paixões, tenham atravessado as idades e conseguido nos atingir em pleno XX século industrializado?

Mística, psicologia, política, a tragédia grega permanece como um fenômeno impar, cujo nascimento, cujo desenvolvimento, cujas formas técnicas compõe uma alquimia sutil que essa obra revela e esclarece. Guiado por esse fio de Adriadne que o autor desenrola para si próprio, o leitor estará melhor preparado para receber o choque e recolher a mensagem secular desse drama essencialmente universal.

Por que uma das razões fundamentais da atual renovação da tragédia antiga não se encontra nessa linha de força dominante que foi a sua: o sentimento da grandeza do indivíduo, do homem livre face a forças de destruição que não são outras que as potências coletivas incarnadas no Estado?

Assim, a leitura dessa obra será extremamente útil para se compreender os dias atuais, por mais paradoxal que possa parecer.

E. S. P.

*
* * *

OLIVEIRA MARQUES (A. H. de). — *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa. Livraria Sá da Costa Editora. 1971. 296 pp., 136 ilustrações e 1 mapa fora do texto, 1 volume in 8º.

Esta obra tem como finalidade mostrar alguns aspectos importantes da vida quotidiana na sociedade medieval portuguesa, assunto que não foi antes tratado por historiadores portugueses, a não ser Costa Lobo em algumas páginas de sua obra *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Entretanto esta obra aproxima-se da coleção *La Vie Quotidienne* publicada pela Hachette, embora os seus autores estudem outros aspectos, além do quotidiano, como o político e o económico.

Oliveira Marques apresenta um estudo documentado, provido de notas explicativas para cada capítulo, além de uma orientação bibliográfica onde cita as fontes utilizadas e as obras nacionais e estrangeiras sobre cada tema. Completa o livro um índice analítico. As ilustrações bem escolhidas e o mapa de Portugal da referida época enriquecem a obra. As reproduções aparecem em todos os capítulos para uma maior compreensão do texto: quadros, iluminuras, baixos-relevos, esculturas, desenhos; sendo todas oriundas de monumentos medievais portugueses. O índice das 136 ilustrações refere-se às fontes.

Os limites cronológicos são o século XII e o século XV. A ordem dos dez capítulos foi orientada pela vida e pelas necessidades principais do homem: a sua alimentação, a sua maneira de vestir, a sua habitação, a sua higiene, o seu amor, o seu trabalho, a sua crença, a sua cultura, o seu divertimento e a sua morte. Nos tres primeiros capítulos o autor efetuou uma análise cuidadosa do ponto de vista descritivo, mostrando desde a alimentação básica da época ilustrada com receitas e as vestimentas masculinas e femininas até a arquitetura medieval portuguesa nas habitações rurais e urbanas. Nos outros capítulos ele elaborou uma análise do ponto de vista comportamental. Um dos temas mais interessantes dos estudados é o trabalho. Oliveira Marques fornece desde um quadro genérico das profissões e sua hierarquia até a regulamentação dos preços e salários. Outros aspectos também são levantados, como por exemplo, a importância da religião na vida do homem medieval, a religiosidade no caso português, a Universidade, o analfabetismo etc. Os divertimentos específicos da nobreza, do clero e do povo são semelhantes em toda a Europa.

Na maior parte dos capítulos há traduções de palavras do frances para o português, que podem servir de referência aos interessados em traduções de textos da época.

O cuidado com que Oliveira Marques elaborou esta obra a torna importante para os estudiosos da Idade Média em Portugal e embora a obra seja por demais descritiva, a bibliografia comentada é um valioso subsídio para a História do período. Além disso, o tema da vida de todo dia pode igualmente interessar ao grande público.

DULCE AMARANTE DA SILVA RAMOS

*

* *

QUILLET (Jeannine). — *Les clefs du pouvoir au Moyen Âge*. Coleção “Questions d'Histoire”, nº 30, Flammarion, França, 1972, 190 páginas, formato 10,5 x 17,5 cm.

A coleção *Questions d'Histoire*, dirigida por Marc Ferro, examina os problemas que o conhecimento do passado coloca. Não há sequência cronológica nos trinta volumes já editados: os problemas abordados são os mais variados, desde o Império Romano até as lutas petrolíferas do Oriente Próximo. Há atualmente livros em preparação.

Cada volume compõe-se de duas partes. Na primeira metade há uma exposição de fatos. A segunda parte compreende os fundamentos do tema analisado, com vários elementos: o texto dos principais documentos, o julgamento dos contemporâneos, a historiografia, os pontos controversos e as interpretações atuais, uma cronologia, uma bibliografia e um índice.

A autora do livro focalizado, Jeannine Quillet, é pesquisadora no Centro Nacional da Pesquisa Científica da França.

Partindo da caracterização da sociedade medieval como uma sociedade cristã — *respublica christiana* —, examina neste volume a evolução da noção de poder na Idade Média, processo que foi regido segundo ela pela contradição entre a Igreja e o Estado.

Na primeira parte (*Les Faits et les Problèmes*) há uma síntese interpretativa dos fatos expostos. Tendo como marco inicial a conversão de Constantino, analisa a cristianização do Império Romano atuando para o fortalecimento do poder imperial. Ao mesmo tempo a Igreja se organizava e utilizava argumentos para justificar suas reivindicações de supremacia junto ao Império.

A posterior descentralização política do Ocidente é relacionada pela autora com o aumento do poder da Igreja, centralizada no pontífice: a formulação do princípio da distinção dos dois poderes evolui para a doutrina da supremacia pontifical.

A partir do período carolíngio a doutrina de Gelásio I torna-se inadequada à realidade, já que a Igreja se assenta em bases territoriais e o poder real é também uma dignidade sacerdotal.

Depois da morte de Carlos Magno, que acumulara o poder temporal e a autoridade espiritual, há até o século XIV uma alternância na exaltação da supremacia do poder pelo Império e pela Igreja. A autora analisa ao nível histórico e doutrinal a reivindicação de dominação mundial, essencialmente política, do imperador e do papa; aqui se insere a doutrina da plenitude de poder pontifical, que culmina com Bonifácio VIII.

Jeannine Quillet caracteriza o século XIV pelo declínio do poder político do papado e do Império: ele marcou a reivindicação de autonomia pelos Estados nacionais. Desta maneira, à dissolução da *respublica christiana* corresponde

a afirmação dos Estados nacionais, que se libertavam da tutela da Igreja. Unificava-se portanto o poder, essencialmente soberano, anunciando para a autora os Tempos modernos.

A segunda parte do livro (*Éléments du Dossier et État de la Question*) é diversificada. Compreende 25 textos — fragmentos de fontes primárias — importantes para o tema analisado, traduzidos para o francês pela autora ou por eruditos.

Quillet analisa também problemas e querelas de interpretação tratando de várias questões. Expõe primeiramente os argumentos religiosos, históricos e filosóficos usados na controvérsia sobre a plenitude de poder pontifical. Aborda a seguir alguns aspectos da querela da pobreza meritória, surgida após a doutrina acima citada. Mostra também as interpretações de alguns autores sobre as origens da sociedade civil e política; analisa aqui a transformação da concepção do Estado depois da penetração da *Política* de Aristóteles numa instituição apenas convencional, não tendo mais por causa o pecado. A autora trata também do surgimento da idéia de contrato social em vários autores, explicando a transição do naturalismo simples ao artificialismo e ao convencionalismo do pacto social.

Para esclarecimento do leitor, são incluídos os principais termos do vocabulário político da Idade Média, o significado das expressões latinas, a tradução dos títulos latinos das obras referidas e uma cronologia.

Alem de uma bibliografia geral, há uma bibliografia específica relativa a cada capítulo.

Obra de síntese, o presente volume é útil para o estudo dos diversos aspectos e problemas do conceito de poder na Idade Média. Tem estilo claro e é bastante didático, fornecendo ao leitor uma base para a compreensão de obras mais especializadas neste campo.

MARIA CRISTINA GARCIA

*

* *

LAFON (Jacques). — *Les époux bordelais, 1450-1550*. École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques. VIe Section. Collection "Régimes matrimoniaux et mutations sociales". Paris. S. E. V. P. E. N. 1972. 345 pp. 82,00 F.

Principalmente apoiado nos estudos dos contratos de casamento, o livro de Jacques Lafon procura reunir dois assuntos há muito tempo separados. Um, de história do direito, que se preocupa antes de mais nada em definir os regimes matrimoniais e em explicar o mecanismo das regras jurídicas. O outro, o da história social, que concentra toda sua atenção nos conjuntos e na sua fortuna. Ora, essas duas abordagens, no quadro de uma verdadeira história social, devem ser enfocadas de frente: a adoção de um regime matrimonial constitui uma atitude social significativa; mas essa escolha jurídica se inscreve num contexto sócio-econômico determinado, que é necessário verificar com precisão.

Tal é o objetivo geral que o Autor procurou atingir, para uma sociedade em mutação: a região do Bordelais entre a guerra e a paz, entre as destruições do século XV e a prosperidade do século XVI.

E. S. P.

*

* *

BASSO (Lelio), PIZZORNO (Alessandro), FOA (Vittorio), BONACINA (Ercole), TRANFAGLIA (Nicola), COTTINO (Gastone) LIBERTINI (Lucio. — *Potere e istituzione oggi*. (Curso sobre parlamento, partido, sindicato, burocracia, informação, imprensa e sistema internacional). Coleção do Instituto de História da Faculdade de Magistério da Universidade de Turim. Prefácio de Guido Quazza. Volume VII. Turim. G. Giappichelli Editore. 1972. 190 pp.

O livro em questão recolhe algumas das palestras empreendidas sob a iniciativa do Instituto de História da Universidade de Turim, do Centro de Estudos Piero Gobetti, do Círculo da Resistência, nos anos de 1970-71 (sexta e sétima edições dos Seminários de história contemporânea). Estas palestras abordaram os temas sobre “A Itália e o imperialismo e internacionalismo no mundo contemporâneo” e sobre “O problema do poder na sociedade contemporânea italiana”.

Nas palestras publicadas a linha seguida é a do estudo dos problemas permanentes da relação entre a estrutura da sociedade e estrutura do poder político com a sua colocação na realidade atual. Historiadores, sociólogos e cientistas políticos perguntam-se as razões e os modos através dos quais a sociedade italiana é espectadora de uma crescente concentração de poder. É possível uma redistribuição do poder do vértice para uma mais ampla distribuição na base? Quais são os movimentos capazes de assumir a tarefa histórica dessa redistribuição?

Lelio Basso focaliza o problema do poder na sociedade contemporânea em relação à instituição parlamentar, limitando-se a tratar do caso italiano. Faz um balanço dos prós e contras da ação parlamentar, esclarece a lógica do sistema, constatando a existência de uma crise da democracia representativa com a diminuição do papel do parlamento. Retomando a análise com as relações entre partidos e parlamento; estuda as funções do sistema parlamentar. A seguir, lança a questão: se o parlamento não é um poder real, quais as alternativas propostas?

Alessandro Pizzorno procura responder às indagações dos italianos nos últimos 20 anos, sobre as interrelações estruturais entre Poder e Partido. Na Itália, dizia-se que os partidos tinham muito poder: poder sobre o parlamento, sobre personalidades, que se vivia numa partidocracia (*sic*). Foi esse o tema dos debates dos anos 50. Recentemente os juízos sobre os partidos se inverteram: os partidos seriam impotentes para realizar reformas, programas que eles mesmos propõem ao país e incapazes de coordenar as pessoas que nomeiam para os cargos dirigentes da economia e da organização social.

Estabelecendo as múltiplas e complexas inter-relações de Sindicato, força de trabalho e classe operária, no contexto das doutrinas econômicas do século XVIII ao século XX e, abordando o fenômeno no processo em curso na história italiana, Vittorio Foa, enfoca as hipóteses da institucionalização dos sindicatos ou do combate aberto; estuda as relações entre sindicatos e partidos e conclui com o papel político do sindicato.

“Poder e Burocracia” de Ercole Bonacina parte do pressuposto da existência de um autoritarismo histórico do aparato burocrático italiano, cuja derivação oligárquica foi objeto de contestação desde a unificação política da Itália. Continuando o exame do problema através dos eventos da história italiana, transpondo a libertação e chegando aos dias atuais, Bonacina afirma ser a burocracia italiana portadora de poder próprio. Assim, propõe quais as responsabilidades políticas desse extra-poder burocrático e sugere algumas propostas de renovação.

Para Nicola Tranfaglia a RAI-TV (rádio e televisão italiana) é um extraordinário instrumento de poder pela forma como é manipulada e por ser fundamental o papel que a informação exerce na sociedade e no tempo em que vivemos. Aborda o fenômeno de concentração das empresas jornalísticas na Itália e sua distribuição entre os leitores e de controle e liberdade da imprensa. Acena com as técnicas de manipulação dos leitores exercida pelos periódicos e com os problemas e propostas para uma informação alternativa.

Quando Gastone Cottino fala de empresa e estuda a relação entre empresa e poder e, empresa e sociedade; refere-se à grande empresa e em particular à empresa acionária. A transformação da sociedade por ações é abordada, considerando que a grande empresa acionária de hoje está muito longe do seu modelo ideal, quase iluminista. Do poder sempre crescente dessas empresas se dá o poder de grupos que nada tem a ver com os acionistas (*managers*, diretores); em seguida, reafirmando o aumento do poder interno da empresa, considera o aumento de poder externo, que ainda é maior, situando as empresas públicas, privadas e multinacionais e, a filosofia da grande empresa. Feito o diagnóstico, conclui das dificuldades de reforma das sociedades por ações na Itália.

“Poder e sistema internacional” de Lucio Libertini. Estabelece como ponto de partida que sobre o poder pesa como força condicionante o “sistema” internacional, especialmente através das inter-relações político-econômicas e a diversidade dos níveis tecnológicos entre os diversos países. Equilíbrio do sistema nos anos 50 em que a coexistência era uma aparente heresia, e transformações propostas pela estratégia kennediana e a coexistência pacífica, formam o cerne da questão. Colonização da Europa e as contradições do desenvolvimento capitalista enfocam ainda as relações Europa-América, os problemas da aliança e da política atlântica que é contestada.